

ÍNDICE

I.	NOTA INTRODUTÓRIA.....	2
II.	ACTIVIDADE DESENVOLVIDA E RECURSOS.....	4
	<i>1. ASSESSORIA AO GOVERNO.....</i>	<i>4</i>
	<i>2. ADMINISTRAÇÃO MARÍTIMA.....</i>	<i>5</i>
	2.1. Marinha de Comércio Nacional.....	5
	2.2. Segurança Marítima.....	6
	<i>3. COORDENAÇÃO DO SISTEMA PORTUÁRIO NACIONAL.....</i>	<i>10</i>
	<i>4. GESTÃO PORTUÁRIA E INICIATIVAS INFRA-ESTRUTURAIS.....</i>	<i>11</i>
	4.1. Gestão Portuária.....	11
	4.2. Iniciativas Infra-Estruturais.....	14
	<i>5. GESTÃO DA NAVEGABILIDADE DO DOURO.....</i>	<i>14</i>
	<i>6. RECURSOS HUMANOS.....</i>	<i>17</i>
	<i>7. RECURSOS FINANCEIROS.....</i>	<i>18</i>
	7.1. Orçamento privativo do IPTM.....	18
	7.2. Análise económica e financeira.....	19
III.	AVALIAÇÃO FINAL.....	22
ANEXOS	23
	ANEXO I – Actividade na Área Legislativa.....	24
	ANEXO II - Actividade na Área da Marinha de Comércio.....	26
	ANEXO III – Actividades na Área da Administração Marítima.....	27
	ANEXO IV - Estudos e Projectos Realizados na Área da Coordenação do Sistema Portuário	
	Nacional.....	34
	ANEXO V – Actividades dos Portos Marítimos sob Jurisdição do IPTM.....	35
	ANEXO VI – Actividades relativas à Gestão da Navegabilidade do Douro.....	44
	ANEXO VII – Execução Orçamental.....	49
	ANEXO VIII – Demonstrações Financeiras.....	52
	ANEXO IX – Organograma.....	55
	ANEXO X - Órgãos Sociais.....	57

I. NOTA INTRODUTÓRIA

O ano de 2003 constituiu um enorme desafio para o Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos (IPTM) face aos tempos de mudança e reforma do sector marítimo e portuário, quer a nível nacional, quer no plano internacional.

O ano foi especialmente marcado por duas iniciativas institucionais que sublinham alguma linha de mudança para o posicionamento do sector no plano interno:

- a) A criação, por Resolução do Conselho de Ministros, da Comissão Estratégica dos Oceanos, destinada a definir uma linha de desenvolvimento integrado das actividades relacionadas com o Mar;
- b) A decisão do Conselho Europeu de proceder à instalação da Agência Europeia de Segurança Marítima em Portugal, projectando uma das vocações nacionais mais assumidas e dando satisfação a um desafio e empenhamento que havia sido lançado pelo Governo português.

A nível interno, merece especial destaque o facto de estarmos perante o primeiro ano de actividade do Instituto, uma vez que a sua criação ocorreu já no final de 2002 através do Decreto-Lei n.º 257/2002, de 22 de Novembro, por fusão do Instituto Marítimo-Portuário (IMP), do Instituto Portuário do Norte (IPN), do Instituto Portuário do Centro (IPC), do Instituto Portuário do Sul (IPS) e do Instituto da Navegabilidade do Douro (IND).

Assim, o IPTM assumiu, no essencial, as atribuições e competências que anteriormente se encontravam cometidas aos Institutos que lhe deram origem, tendo por objecto a supervisão, regulamentação e inspecção do sector marítimo e portuário, a gestão e promoção da navegabilidade do Douro, bem como a administração dos portos sob a sua jurisdição, visando a sua exploração económica, conservação e desenvolvimento, abrangendo o exercício de competências e prerrogativas de autoridade portuária.

Foi, por isso, necessário definir e implementar uma adequada estrutura orgânica, tendo em vista, designadamente, o cumprimento do seu objecto, assegurando uma eficaz coordenação das actividades de planeamento e de desenvolvimento estratégico e de supervisão dos sectores marítimo e portuário, com salvaguarda da autonomia de gestão dos Administradores-Delegados dos Portos do Norte, do Centro, do Sul e do Douro, consagrada na Lei Orgânica do Instituto.

Foram ainda desenvolvidas as tarefas necessárias à institucionalização dos Conselhos Regionais nas referidas Delegações, assim como do Conselho Consultivo do IPTM, com o objectivo de aproximar a Instituição dos agentes económicos e instituições locais, processo que se prolongou pelos primeiros meses de 2004.

Procurou-se, também, introduzir uma nova dinâmica através do reforço da competência, da inovação e da desburocratização e agilização de procedimentos administrativos, visando o aumento da eficiência e da eficácia do Instituto.

Procedeu-se, ainda, à introdução de uma gestão criteriosa dos recursos disponíveis e de um sistema de controlo financeiro integrado, tendo-se obtido resultados muito favoráveis se comparados com os registados em exercícios precedentes, diminuindo significativamente o nível de dependência financeira do Orçamento do Estado (O.E.).

Em termos internacionais, a actividade do IPTM foi fortemente influenciada pelas questões da segurança do transporte marítimo (considerada nas suas duas vertentes de “*safety*” e “*security*”), questões que cada vez suscitam mais atenção, tanto da Organização Marítima Internacional (OMI), como da União Europeia (UE).

A vertente “*safety*” foi claramente influenciada pelo acidente do navio “Prestige”, tendo sido desenvolvida uma forte actividade no sentido de aperfeiçoar as normas técnicas e de segurança aplicáveis ao transporte marítimo a nível mundial e para as quais Portugal contribui com grande empenhamento político nomeadamente no quadro da UE.

Ainda em relação às questões da segurança, coube ao IPTM promover a implementação em território nacional do novo sistema comunitário de informação de tráfego marítimo – projecto “*Safe Sea Net*”, cuja entrada em funcionamento ocorrerá em 2004.

No plano da OMI, releve-se o facto de Portugal ter sido eleito como membro do Conselho da Organização, no decorrer da Assembleia Geral realizada em Dezembro de 2002, com forte empenhamento do Governo português, apoiado pelos canais diplomáticos e pelo IPTM.

A vertente “*security*”, cujo impulso a nível mundial foi especialmente determinado face às ameaças globais que afectaram todas as comunidades internacionais, levou à aprovação do Código Internacional para a Protecção de Embarcações e Instalações Portuárias (Código do ISPS), em Dezembro de 2002, e da proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao reforço da protecção dos navios e das instalações portuárias, relativamente ao qual o IPTM veio a ser designado como autoridade nacional competente.

São, igualmente, de salientar os desenvolvimentos da política comum de transportes, os quais apontam para a importância cada vez maior do transporte marítimo, em geral, e do transporte marítimo de curta distância (TMCD), em particular, tendo o IPTM estado envolvido activamente na contribuição nacional para a revisão das orientações da Rede Transeuropeia de Transportes (RTE-T), que está na génese do projecto prioritário “Auto-estrada Marítima da Europa Ocidental”.

De referir ainda, pela sua relevância, o envolvimento do Instituto, enquanto Autoridade Nacional de Controlo de Tráfego Marítimo, no projecto de instalação do sistema de controlo de tráfego marítimo (VTS) no Continente.

II. ACTIVIDADE DESENVOLVIDA E RECURSOS

A actividade do IPTM envolveu as áreas de assessoria ao Governo, administração marítima, coordenação do sistema portuário nacional, gestão de portos e gestão da navegabilidade do Douro.

No âmbito de cada uma daquelas áreas de actuação e de acordo com as linhas de orientação definidas no Plano de Actividades Plurianual 2003-2005 e os objectivos traçados, salientam-se nos pontos seguintes o desenvolvimento das correspondentes actividades.

1. ASSESSORIA AO GOVERNO

A actividade incidu, por um lado, no apoio ao Governo na preparação e implementação de políticas para o sector marítimo e portuário, e, por outro, na elaboração dos diplomas legais indispensáveis à introdução na ordem jurídica interna de normas comunitárias e de origem multilateral aplicáveis ao sector.

De facto, o IPTM teve intervenção em diversos *dossiers* comunitários, designadamente:

- Livro Branco relativo aos Serviços de Interesse Económico Geral (SIEG);
- Vademecum da Comissão Europeia relativo a Auxílios de Estado no sector portuário;
- Rede Transeuropeias de Transporte (RTE-T) – Projectos portuários integrados na RTE-T e Projecto Prioritário n.º 8 – Relatórios de implementação; Revisão das orientações e contribuição para o Grupo de Trabalho de Alto Nível /CE – Projecto de Auto-Estrada Marítima do Atlântico, posteriormente adoptado pela Comissão Europeia (CE) no âmbito do processo de revisão da RTE-T com a designação “Auto-estrada Marítima da Europa Ocidental”;
- Diversas notas e memorandos sobre Sistemas Inteligentes de Transporte, iniciativa “Legislar Melhor”, Pacote ferroviário; Contributo para o “Processo de Reforma Económica (Cardiff): Relatório Nacional 2003”.

No plano interno, refere-se a intervenção nos seguintes domínios:

- Parecer sobre projecto de portaria que define o procedimento e a forma de instrução e de acompanhamento da elaboração, revisão ou alteração dos planos directores municipais;
- Análise da portaria relativa às Taxas das Capitánias (publicada em 2002) – Informação sobre reclamação da ANESUL;
- Reflexão sobre o questionário relativo à “Caracterização das funções do Estado”;
- Memorando sobre a revisão do regime económico de exploração dos portos de pesca.

O IPTM desenvolveu também uma vasta actividade na área legislativa, em especial no que se prende com a transposição de Directivas para a ordem jurídica interna, identificando-se no *Anexo I* os diplomas publicados durante o ano de 2003, existindo muitos outros que já estavam na fase final de preparação e que foram publicados nos primeiros meses de 2004.

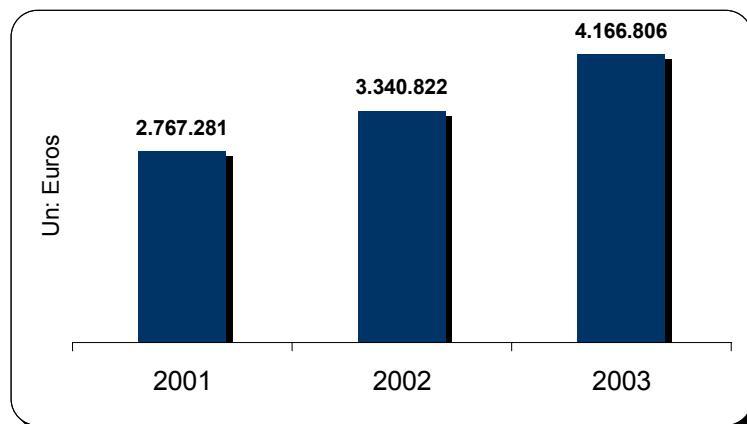
2. ADMINISTRAÇÃO MARÍTIMA

Nesta área, a actividade do Instituto teve em vista a promoção da capacidade competitiva da marinha de comércio, assim como a melhoria das condições de segurança marítima e portuária.

2.1. Marinha de Comércio Nacional

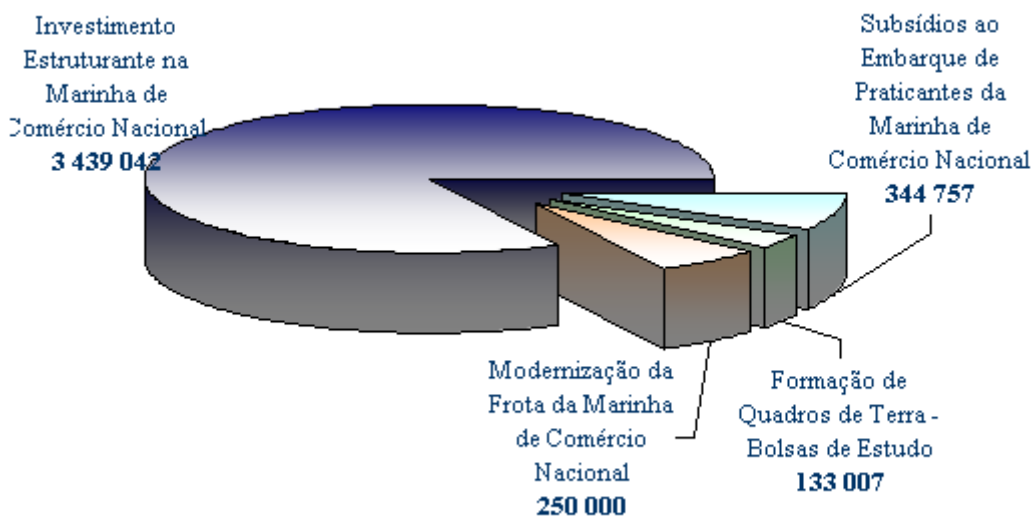
Relativamente à promoção da capacidade competitiva da marinha de comércio nacional, destaca-se o valor dos apoios concedidos através do programa do PIDDAC “Apoios à Marinha de Comércio Nacional”, no montante global de mais de 4 milhões de euros, conforme se ilustra nos gráficos seguintes:

Apoios – Evolução



O crescimento do valor dos apoios ao sector registado em 2003 (cerca de 25% de aumento em relação ao ano anterior), foi justificado pelo aumento real das necessidades apresentadas pelos destinatários e permitiu dar satisfação plena dessas necessidades, apesar da situação de contenção orçamental vigente.

Distribuição dos apoios por projecto



Durante o ano de 2003 registou-se a inscrição de 2 novos armadores nacionais, de 12 novos operadores de actividades marítimo-turísticas e de 2 novos agentes de navegação.

Foram concedidas 149 autorizações para utilização de navios na cabotagem nacional.

Não se registaram pedidos para o estabelecimento de linhas regulares na cabotagem insular.

Relativamente ao tráfego local, foram inscritos 3 novos armadores e concedidas 14 autorizações para a utilização de embarcações de tráfego local fora da área do seu registo e 4 para a utilização, na área de navegação local, de embarcações não registadas nessa área.

A actividade do IPTM nesta área envolveu ainda a elaboração de diversos estudos e trabalhos, para além de ter assegurado a representação externa e participação em diversos grupos de trabalho, conforme **lista no Anexo II**.

Nos **quadros Q1.1 a Q1.8 do Anexo III**, apresenta-se um resumo dos principais indicadores estatísticos da actividade desenvolvida.

2.2. Segurança Marítima

No que concerne à melhoria das condições de segurança marítima e portuária, destacam-se as seguintes actividades:

- A realização de inspecções a navios nacionais (Flag State Control) e estrangeiros (Port State Control), cumprindo as metas definidas;

- Promoção e coordenação da implementação, em território nacional, das medidas de protecção decorrentes do Código ISPS - Código Internacional para a Protecção dos Navios e das Instalações Portuárias, das alterações à Convenção Solas da OMI e da proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao Reforço da Protecção dos Navios e das Instalações Portuárias. A designação do IPTM como “Ponto de Contacto para a Protecção do Transporte Marítimo” e como “Autoridade Competente de Protecção do Transporte Marítimo” veio a ocorrer no primeiro trimestre de 2004;
- Representação portuguesa nas reuniões do grupo de peritos do projecto Safe Sea Net realizadas na Comissão Europeia e arranque do processo de implementação da componente nacional do projecto, tendo o IPTM, através de Despacho de S.Ex^a o Secretário de Estado das Obras Públicas, datado de 2003.12.19, sido designado como Autoridade Competente Nacional no âmbito do projecto.

Destaca-se a realização do procedimento (concurso limitado) com vista ao desenvolvimento e instalação das aplicações informáticas relativas ao IPTM que permitirão operacionalizar a exploração da componente nacional do Safe Sea Net, cuja 1^a fase, em instalação em parceria com as Administrações Portuárias do Continente e das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, deverá estar operacional em 2004;

- O acompanhamento do processo de concurso público internacional relativo à instalação do sistema de controlo de tráfego marítimo (VTS) no Continente, sendo de assinalar a prestação de colaboração técnica especializada na área da construção civil ao júri do concurso na apreciação das propostas. Prevê-se a adjudicação deste sistema em 2004;
- A fiscalização do cumprimento das normas internacionais no que se refere ao ensino náutico e às condições legais e técnicas da actividade do pessoal do mar, nomeadamente as que se referem à inscrição marítima, carreiras e certificações, bem como às condições de segurança, higiene e bem estar a bordo.

A actividade especifica na área da Segurança Marítima foi a seguinte:

2.2.1. Construção e Modificação de Navios

No âmbito das suas competências técnicas relativamente à aprovação de projectos de construção e modificação de navios, foram tratados 492 processos de embarcações mercantes e 152 processos de embarcações de recreio, o que significa, em relação ao ano anterior, variações de 38% e -18%, respectivamente.

Neste domínio procedeu-se à análise dos projectos de construção, modificação e legalização de embarcações, vistorias, provas e testes de acompanhamento dos projectos, com vista ao registo e certificação das embarcações, no âmbito das quais foram realizadas 1.825 vistorias e emitidos 275 documentos (declarações e certificados), representando este último número um decréscimo quase sem expressão (inferior a 1%) relativamente ao ano anterior.

Nos **quadros Q2.1 a Q2.4 do Anexo III** são apresentados resultados estatísticos da actividade desenvolvida.

2.2.2. Navios em Serviço

Para além da produção de diversos pareceres técnicos, a actividade desenvolvida cifrou-se, designadamente, na emissão de: 168 certificados de navegabilidade a embarcações de diversos tipos; 41 certificados de bordo livre; 7 certificados do aparelho de carga e descarga; 59 certificados SOLAS; 896 atribuições do indicativo de chamada das embarcações nacionais e 127 aprovações e revalidações de equipamentos radioeléctricos.

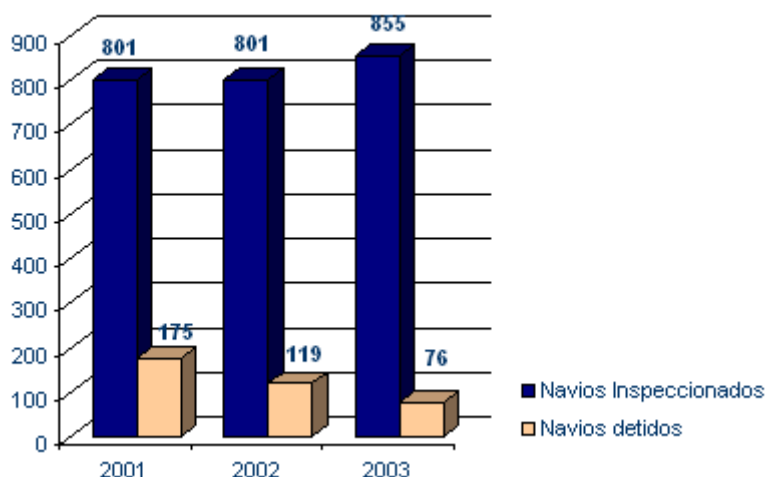
No *quadro Q3.1 do Anexo III* são evidenciados os elementos estatísticos da actividade desenvolvida neste âmbito.

2.2.3. Controlo de Navios Estrangeiros em Portos Nacionais – Port State Control

Foram efectuadas 1.089 inspecções a navios estrangeiros, as quais incidiram sobre 855 navios, tendo sido ultrapassado o requisito de 25% estabelecido pelo Memorando de Paris.

Das inspecções efectuadas resultaram 76 detenções.

Inspecções “Port State Control”



Durante os meses de Maio, Junho e Julho, decorreu a campanha de inspecções concentradas sobre navios de passageiros, excluindo os ro-ro e os de alta velocidade, a qual incidiu sobre exercícios de abandono do navio e combate a incêndios. A Portugal coube inspeccionar quatro navios, tendo um ficado detido.

2.2.4. Pessoal do Mar

Foram prosseguidas as actividades correntes, no domínio da qualificação e certificação de marítimos e fez-se o acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos no âmbito das instituições comunitárias e organismos internacionais, em matérias relativas ao exercício da profissão marítima, lotações e condições de trabalho, segurança, higiene e bem estar a bordo, designadamente:

- OMI - Subcomité STCW;

- OIT - Revisão da Convenção 108, relativa ao Documento de Identificação de Marítimos;
- Comissão Europeia - Directiva 25/2001/EC – Formação de marítimos.

As actividades correntes envolveram, ainda, a apreciação de propostas de conteúdos programáticos de cursos de formação de marítimos, a análise e parecer sobre processos de reconhecimento dos sistemas de formação e certificação de países terceiros solicitados pela Comissão Europeia.

Prosseguiram os trabalhos relativos à gestão do Sistema de Qualidade, com realização de auditorias internas e externas de transição para a norma ISO 9001:2000.

No âmbito da estrutura avaliadora do IPTM, foi assegurada a supervisão de exames de qualificação, competência, legislação marítima portuguesa e operador radiotelefonista.

Verificou-se, também, a participação de técnicos do IPTM, na qualidade de presidentes de júris de avaliação de cursos de formação reconhecidos, num total de 16 acções, as quais envolveram 232 candidatos.

Procedeu-se ainda à certificação e emissão de licenças e documentação diversa relativa a marítimos e lotações.

Os elementos estatísticos que evidenciam esta actividade encontram-se nos *quadros Q4.1 a Q4.3 do Anexo III*.

2.2.5. Náutica de Recreio

Foi feito um esforço de recuperação dos processos em atraso, tendo a emissão de cartas de navegador de recreio registado um acréscimo de 25% relativamente ao ano anterior.

No total, foram efectuados 895 exames de navegadores de recreio, emitidas 12.714 cartas, 861 equiparações, 3.927 renovações e 598 emissões de 2ª via.

Foram credenciadas 10 novas entidades formadoras.

Os *quadros Q5.1 e Q5.2 do Anexo III* evidenciam com mais detalhe os elementos estatísticos da actividade desenvolvida.

2.2.6. Padrões Técnicos de Segurança

A actividade em causa rege-se essencialmente por normativos estabelecidos a nível internacional, sobretudo no âmbito do sistema das Nações Unidas, e em particular na OMI. Assim, neste domínio, procedeu-se à tradução de diversos documentos e instrumentos normativos internacionais, e desenvolveram-se diversos trabalhos técnicos preparatórios de instrumentos normativos nacionais, conforme *listagem Q6 do Anexo III*.

Foram, também, emitidos diversos pareceres, designadamente, nos domínios da Convenção Internacional das Linhas de Carga e do Regulamento (CE) 2037/2000, relativo às substâncias que empobrecem a camada de ozono.

Assumiu, ainda, particular relevância o trabalho desenvolvido com vista à implementação do Código ISPS, através da criação de linhas de orientação para o sector marítimo e da análise de processos submetidos pelas organizações reconhecidas para virem a actuar como RSOs.

3. COORDENAÇÃO DO SISTEMA PORTUÁRIO NACIONAL

Neste âmbito, desenvolveram-se várias actividades com incidência em todo o sistema portuário nacional, contribuindo para a melhoria da eficiência dos serviços dos portos, sendo de destacar:

- A elaboração do Anteprojecto de Portaria prevista no artigo 4º do Decreto-Lei nº 46/2002 de 2 de Março, visando a regulamentação das competências das Autoridades Portuárias (Harbour Master);
- Promoção do projecto PIPE - Procedimentos de Informação Portuária Electrónica, em parceria com a APP – Associação dos Portos de Portugal, projecto emblemático no âmbito do Plano de Acção para a Sociedade de Informação. Foi aprovado financiamento comunitário, através da Linha Orçamental B5-700 associada às redes transeuropeias, a ser gerido pela APP, tendo o IPTM prestado colaboração significativa na preparação do processo de concurso para o lançamento do “Estudo de Normalização de Informação, Simplificação e Harmonização de Procedimentos nos Portos Portugueses” e na elaboração e instrução do processo de candidatura a financiamento comunitário;
- As acções no domínio do TMCD, Intermodalidade e Logística, com destaque para o projecto prioritário “Auto-Estrada Marítima da Europa Ocidental”, como modelo integrador de serviços e de procedimentos, incluído na RTE-T, o qual recebeu um significativo impulso em 2003, quer através da actuação do IPTM, quer, sobretudo, pelo empenho do Senhor Ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação (MOPTH) e pela intervenção do Conselho Nacional dos Portos e dos Transportes Marítimos;
- A representação do sector marítimo e portuário na Unidade de Gestão e Comissão de Acompanhamento do Programa Operacional de Acessibilidades e Transportes (POAT) e do MOPTH na Comissão de Acompanhamento no Programa para o Desenvolvimento Sustentável do Sector da Pesca (MARE);
- A participação no sistema de pontos focais de apoio à elaboração do Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território;
- O exercício das funções da Autoridade Nacional para a Imersão de Materiais Dragados no Mar (ANIRM), no âmbito das quais foram apreciados doze processos para a imersão de materiais, designadamente dragados e embarcações;
- A cooperação internacional no âmbito do sector marítimo e portuário, designadamente:

- A coordenação da representação nacional nos organismos internacionais com intervenção nos sectores portuário e marítimo, designadamente nos trabalhos da UE e nas actividades da OMI
 - O trabalho de apoio à eleição de Portugal para o Conselho da OMI, facto que ocorreu pela primeira vez na história da organização
 - No plano das relações bilaterais, foi mantida a cooperação com os países africanos de expressão oficial portuguesa, em particular com Cabo Verde, Angola e Moçambique
 - Prosseguiu, por outro lado, a colaboração com os países do Sul da Europa, através de reuniões multilaterais com a Itália, França, Espanha e Grécia, nomeadamente em matéria de TMCD e segurança marítima no processo pós-Prestige;
- A continuação das actividades necessárias para assegurar as condições para o licenciamento de empresas de trabalho portuário e manutenção dos requisitos desse licenciamento.

Será ainda de se registar a realização de diversos estudos e outros trabalhos complementares, conforme *lista em Anexo IV*.

4. GESTÃO PORTUÁRIA E INICIATIVAS INFRA-ESTRUTURAIS

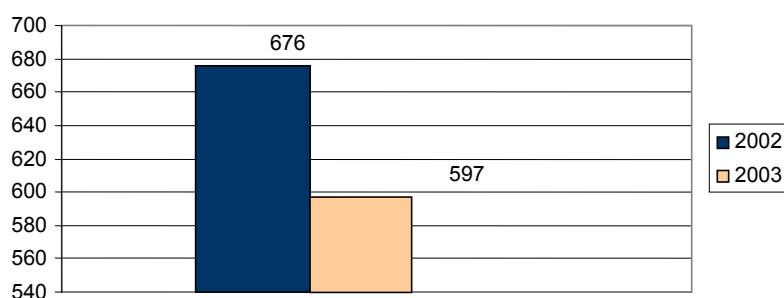
4.1. Gestão Portuária

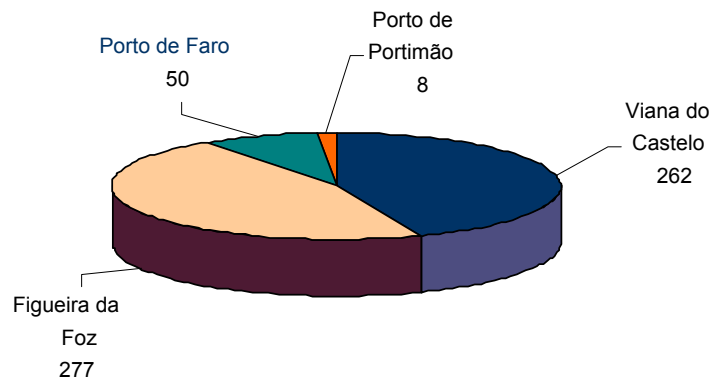
No ano de 2003 escalaram os portos comerciais sob jurisdição do IPTM, 597 navios comerciais, representando um decréscimo de cerca de 12%.

Por porto, observou-se um ligeiro aumento do número de navios entrados na Figueira da Foz e Faro, registando-se um comportamento inverso nos portos de Viana do Castelo e Portimão.

Porto Comercial	Nº Navios em 2002	Nº Navios em 2003	Varição
Viana do Castelo	315	262	-16,8%
Figueira da Foz	275	277	0,7%
Faro	49	50	2,0%
Portimão	37	8	-78,4%
<i>Total</i>	<i>676</i>	<i>597</i>	<i>-11,7%</i>

Nº Total de Escalas de Navios



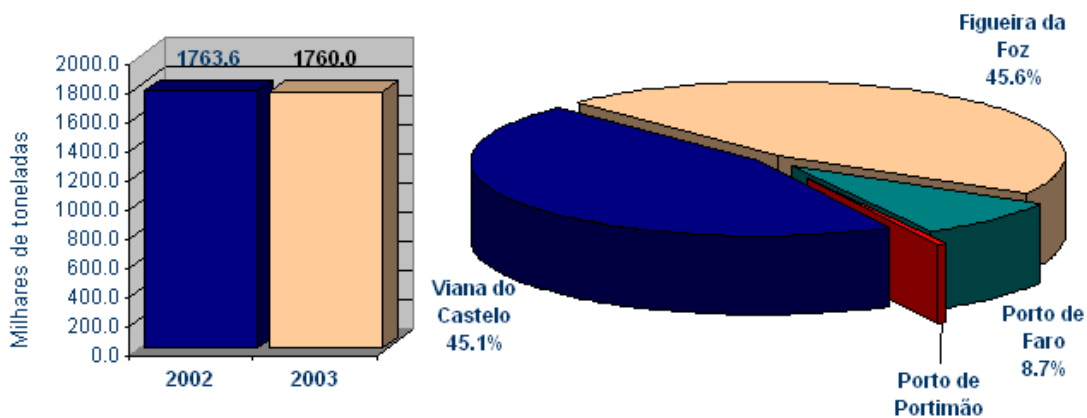
Nº Total de Escalas de Navios por Porto em 2003


O movimento global de mercadorias no conjunto destes portos comerciais foi de 1,76 milhões de toneladas em 2003, valor este semelhante ao registado no ano anterior.

Ao nível de cada porto e relativamente a 2002, constatou-se um acréscimo de movimentação de mercadorias na Figueira da Foz e Portimão, a estabilização do movimento em Faro e uma redução em Viana do Castelo.

Unid : ton

Porto Comercial	Mercadorias-2002	Mercadorias-2003	Varição
Viana do Castelo	873.964	794.070	-9,1%
Figueira da Foz	726.700	803.321	10,5%
Faro	153.438	152.756	-0,4%
Portimão	9.510	9.849	3,6%
<i>Total</i>	<i>1.763.612</i>	<i>1.759.996</i>	<i>-0,2%</i>

Toneladas Movimentadas
Toneladas Movimentadas por Porto em 2003


Em termos de actividade turística observou-se um movimento de 25 paquetes de cruzeiro no porto de Portimão, movimentando 9.692 passageiros, bem como elevadas taxas de utilização das infra-estruturas portuárias de recreio sob jurisdição do IPTM, chegando a registar-se ocupações de 100% de embarcações estacionadas em regime de avença.

O número de embarcações de recreio passantes que utilizaram em 2003 as principais infra-estruturas portuárias de recreio sob jurisdição do IPTM ascendeu a cerca de 8,2 milhares, representando um ligeiro decréscimo (-2%) relativamente a 2002.

Será ainda de mencionar o transporte de cerca de 1,6 milhões de passageiros entre as várias ilhas barreira do Sotavento do Algarve, em carreiras de transporte colectivo. Para além disso, o número de turistas que utilizou viagens turísticas ao longo da costa do Barlavento Algarvio ascendeu a quase 100 mil.

O volume de pescado transaccionado, em 2003, nos portos sob jurisdição do IPTM ascendeu a 66,3 milhares de toneladas, representando metade do total do sector portuário continental, e manteve-se ao nível do observado ao ano anterior.

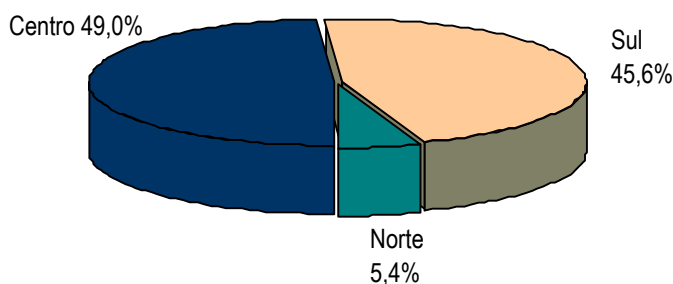
VOLUME DE PESCADO TRANSACCIONADO

Unidade: Toneladas

PORTOS	2002	2003	Varição
Jurisdição do IPTM			
VIANA DO CASTELO	1.305,0	1.906,0	46,1%
PÓVOA DE VARZIM	1.218,0	1.335,0	9,6%
VILA DO CONDE	224,0	357,0	59,4%
FIGUEIRA DA FOZ	12.319,0	11.203,0	-9,1%
NAZARÉ	4.561,0	4.349,0	-4,6%
PENICHE	16.122,0	16.927,0	5,0%
LAGOS*	3.560,2	3.108,8	-12,7%
PORTIMÃO*	11.215,3	10.410,4	-7,2%
OLHÃO*	12.563,6	13.447,4	7,0%
TAVIRA*	1.185,3	993,4	-16,2%
V.R.S.ANTÓNIO*	2.215,5	2.246,3	1,4%
SOMA	66.488,9	66.283,3	-0,3%

* Pescado descarregado

Volume de Pescado Transaccionado



Promoveu-se, também, a melhoria da gestão dominial nas áreas de jurisdição das autoridades portuárias integradas no IPTM, com significativa rentabilização dos espaços públicos disponíveis.

No *Anexo V* apresenta-se uma nota mais pormenorizada da actividade ocorrida nas Delegações dos portos do Norte, Centro e Sul em 2003.

4.2. Iniciativas Infra-Estruturais

Ao nível da infra-estrutura portuária, prosseguiu-se o esforço de modernização dos portos sob jurisdição do IPTM, com o objectivo de minorar os pontos críticos da cadeia multimodal em que os portos estão inseridos, através de investimentos nas acessibilidades marítimas e terrestres e em infra-estruturas, instalações e equipamentos portuários.

Neste âmbito, e para além do grande projecto relativo ao sistema de controlo de tráfego marítimo (VTS) que abrange também todos os portos comerciais marítimos sob jurisdição do IPTM, serão de destacar as seguintes iniciativas de modernização das infra-estruturas portuárias e de melhoramento das condições de segurança e de acesso fluvio-marítimo aos portos:

- Obras de melhoria das acessibilidades e das condições de segurança da Barra do Douro – Conclusão da Avaliação de Impacte Ambiental e ensaios tridimensionais de estabilidade e galgamentos das obras marítimas na Barra do Douro com vista ao início da empreitada no ano de 2004;
- Conclusão das infra-estruturas marítimas do portinho de pesca de Vila Praia de Âncora, tendo-se finalmente concretizado uma antiga aspiração local;
- Conclusão da 2ª fase do melhoramento da acessibilidade marítima ao porto da Figueira da Foz, envolvendo dragagem e quebramento de rocha no ante-porto e canal de acesso, garantindo uma acessibilidade a -7 metros ZH;
- Doca de Recreio de Olhão – Trabalhos em curso ao longo de 2003, prevendo-se a sua conclusão em 2004.

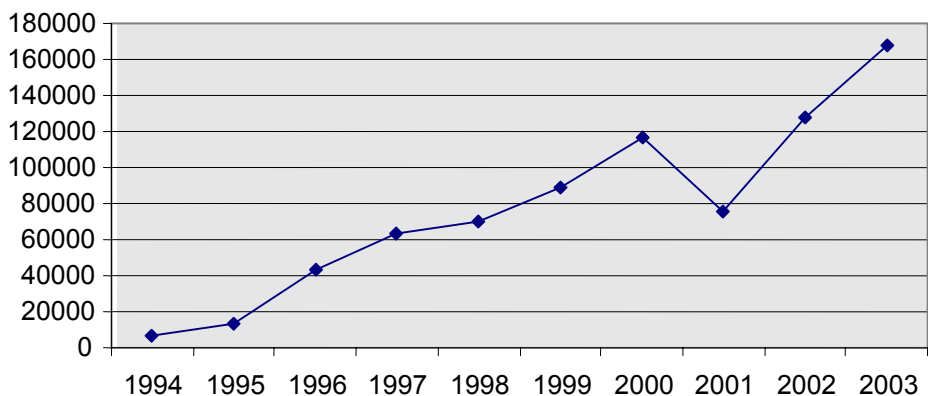
Será ainda de se referenciar na preparação da documentação de base para o lançamento de concursos para a concessão das marinas de Ferragudo e Albufeira, no Algarve.

O investimento efectuado pelo IPTM integrado no PIDDAC 2003 atingiu o montante de 26.931.197 euros.

5. GESTÃO DA NAVEGABILIDADE DO DOURO

A navegação no rio Douro continuou a registar um considerável incremento, quer no que respeita às actividades turísticas, quer às actividades comerciais.

Assim, os cruzeiros turísticos que utilizaram, pelo menos, uma eclusa, movimentaram 167.983 turistas, representando um aumento significativo seguindo a linha evolutiva de anos anteriores.



Os cruzeiros turísticos comercializados na área do Porto/Gaia, nomeadamente os cruzeiros Porto Património Mundial e das cinco pontes, movimentaram um número estimado de 200.000 turistas.

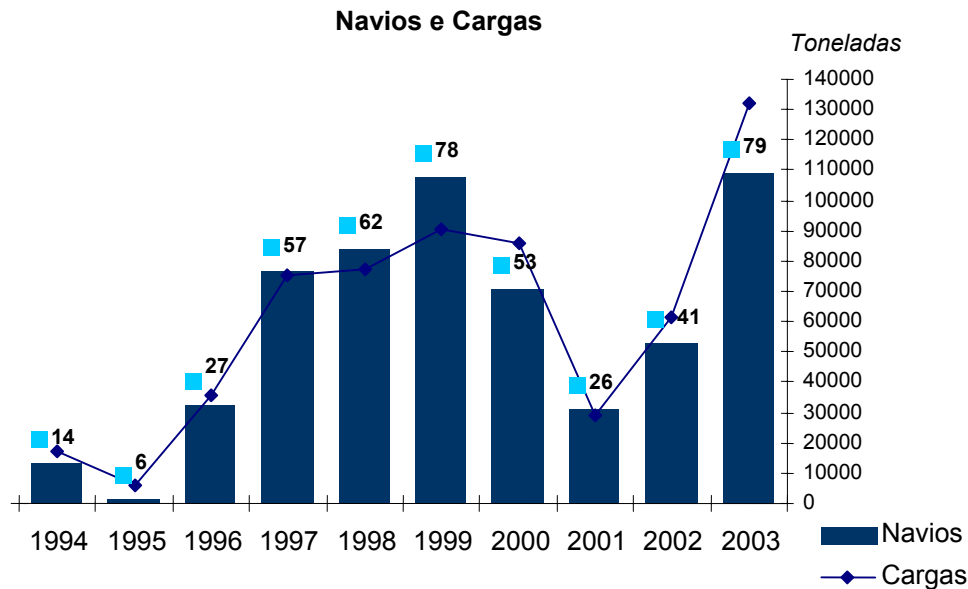
Actividade turística	Cruzeiros 5 pontes	Cruzeiros no Douro	Recreio	Desporto	Total
Nº total de passageiros	200.000	167.983	6.838	2.000	376.821
Nº total de viagens/provas	-	2.800	1.483	32	4.315
Nº total de embarcações	20	38	383	710	1.151

Por sua vez, o movimento de mercadorias transportadas por navios fluvio-marítimos ascendeu a 132.365 toneladas, evidenciando um forte aumento, contribuindo para este facto a estabilidade da Barra do Douro e o bom regime de caudais verificado.

Movimento Comercial nos Portos do Douro

Navegação Comercial	N.º de Navios	Toneladas		Total
		Exportadas	Importadas	
Porto de Lamego	0	0	0	0
Porto de Sardoura	53	86715	4370	91.085
Porto da Várzea	26	41280	0	41.280
			Total	132.365

A evolução do número de navios e cargas transportadas nos portos de Lamego, Sardoura e Várzea é ilustrada no gráfico seguinte:



Ao nível do recreio náutico registou-se o movimento de 383 embarcações nas eclusas de navegação, as quais realizaram um total de 1.483 viagens, transportando 6.838 turistas.

Será ainda de referenciar a realização de cerca de 32 provas desportivas e de várias descidas do Douro, mobilizando estas actividades cerca de 710 embarcações e 2000 participantes. As especialidades desportivas com mais destaque foram a motonáutica (em especial o Jet-Ski), o remo, a canoagem e a vela.

O número de eclusagens efectuadas com embarcações, incluindo as eclusagens de preparação/manutenção foi de 8.322, abrangendo um total de 8.671 embarcações, 355.590 passageiros e 79.760 tripulantes.

Pocinho	Valeira	Régua	Carrapatelo	Crestuma	Preparação/ Manutenção	Total
549	650	1.129	1.347	1.968	2.679	8.322

No *Anexo VI* apresenta-se uma nota mais pormenorizada da actividade desenvolvida na Delegação do Douro.

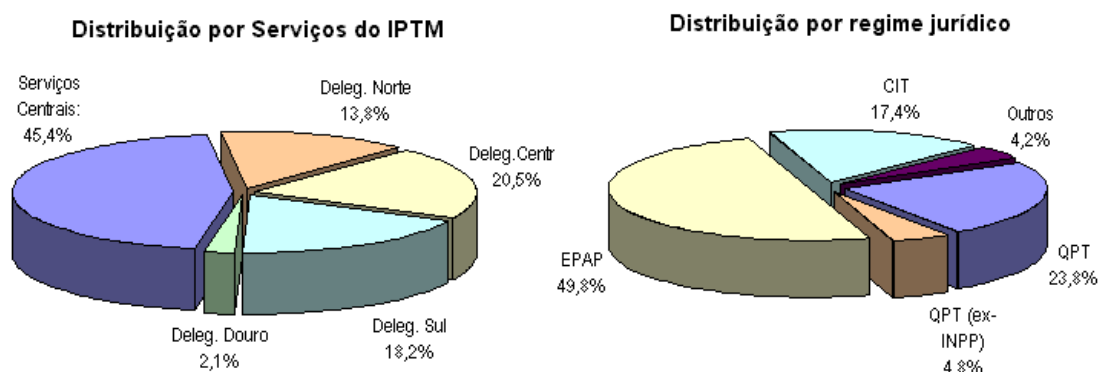
6. RECURSOS HUMANOS

A criação do IPTM coincidiu com a fase final das reformas antecipadas no sector, tendo, naturalmente, o processo de integração dos diversos organismos induzido, um crescimento do número de requerimentos de aposentação, o que provocou uma redução de 86 efectivos (15%), nos dois últimos exercícios, tendo passado de 564 no início de 2002, para 478 no final de 2003, com saídas de 55 e 31 efectivos, em cada um destes períodos.

Esta redução originou um défice de pessoal que abrange todos os grupos profissionais, com particular incidência no pessoal administrativo e técnico superior. Neste último grupo a escassez de recursos reveste particular importância, dado estarmos em presença de áreas delicadas, nomeadamente a Segurança Marítima onde as competências do IPTM foram consideravelmente alargadas e onde as exigências comunitárias para o cumprimento dos requisitos de segurança, determinados pelas Convenções Internacionais de que Portugal faz parte, são muito elevadas.

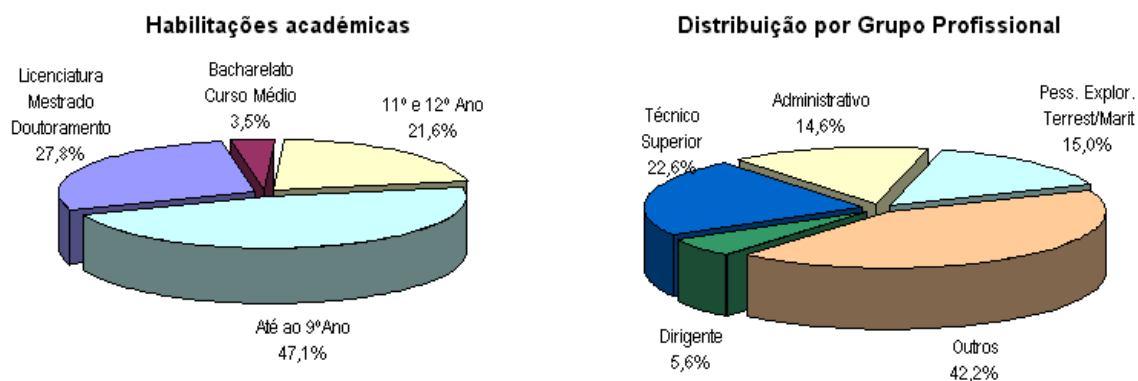
Decorrente da sua génese, e embora sujeito ao regime do contrato individual de trabalho (CIT), no IPTM coexistem quatro regimes jurídicos de pessoal, o que cria dificuldades de gestão, nomeadamente no desenvolvimento de carreiras e respectivas remunerações e equidade de tratamento. O estatuto do pessoal das Administrações Portuárias (EPAP) é o mais representativo, com 238 efectivos, mas o vínculo à Função Pública (QPT – Quadro de Pessoal Transitório) ainda representa 28,6% dos efectivos (incluindo o regime especial do pessoal do ex-INPP).

Sublinha-se que o EPAP é integrado exclusivamente por pessoal das delegações do Norte, Centro e Sul (que totalizam 49,8% do pessoal), ou que integravam o seu quadro na altura da fusão.



A estrutura dos recursos humanos caracteriza-se, de forma sucinta, pela sua média de idades de 43 anos, com uma predominância da população masculina, que representa 65,2% do total (sendo de 100% no grupo de exploração terrestre e marítima) e com uma escolaridade média relativamente baixa, onde o ensino básico absorve 47,1% do efectivo total.

Da distribuição dos recursos humanos por grupos profissionais destaca-se que os dirigentes representam 5,6% do total e os técnicos superiores 22,6%, sendo o seu conjunto, inferior à percentagem que representam os grupos de habilitações académicas «bacharelato ou curso médio» e «licenciatura», no valor de 31,4%.



7. RECURSOS FINANCEIROS

Como nota preliminar a este ponto, refere-se que os cinco Institutos que integraram o IPTM efectuavam os registos contabilísticos de forma diversa e utilizando diferentes aplicações informáticas, a que acresce a particularidade de três deles (IND, IPN e IPC) não terem adoptado o Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP).

Por estas razões, no exercício em apreço estabeleceu-se como prioridade a implementação do POCP em todos os serviços do IPTM e a integração e centralização de toda a informação, incluindo a facturação e salários.

Do exposto resulta que, numa óptica patrimonial, não existem elementos referentes a 2002, o que nos impede de proceder a considerações e comentários comparativos com exercícios anteriores, quer a nível dos princípios adoptados, quer de resultados obtidos.

7.1. Orçamento privativo do IPTM

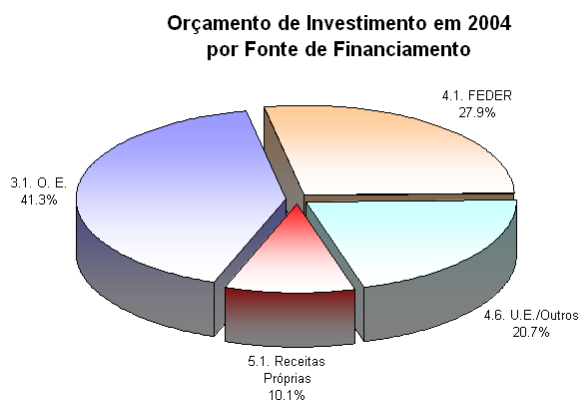
7.1.1. Orçamento de funcionamento

O orçamento de funcionamento ascendeu ao montante total de 33,6 milhões de euros, com uma estrutura de fontes de financiamento dividida por receitas próprias (89%), outras receitas (3,2%) e transferências da administração central, constituída pela dotação orçamental do Orçamento Geral do Estado (7,8%).

No que concerne à despesa, salienta-se que os custos com pessoal e com a aquisição de bens e serviços, correspondem a 53,7% e a 20,2% da receita, respectivamente.

7.1.2. Orçamento de Investimento

O orçamento de investimento do IPTM integra-se no Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) e ascendeu a 59,2 milhões de euros, com a distribuição por fontes de financiamento apresentada no gráfico seguinte:



No Anexo VII apresenta-se informação detalhada da distribuição do investimento por programas, projectos e fontes de financiamento.

7.2. Análise económica e financeira

7.2.1 Na Óptica do Orçamento Privativo

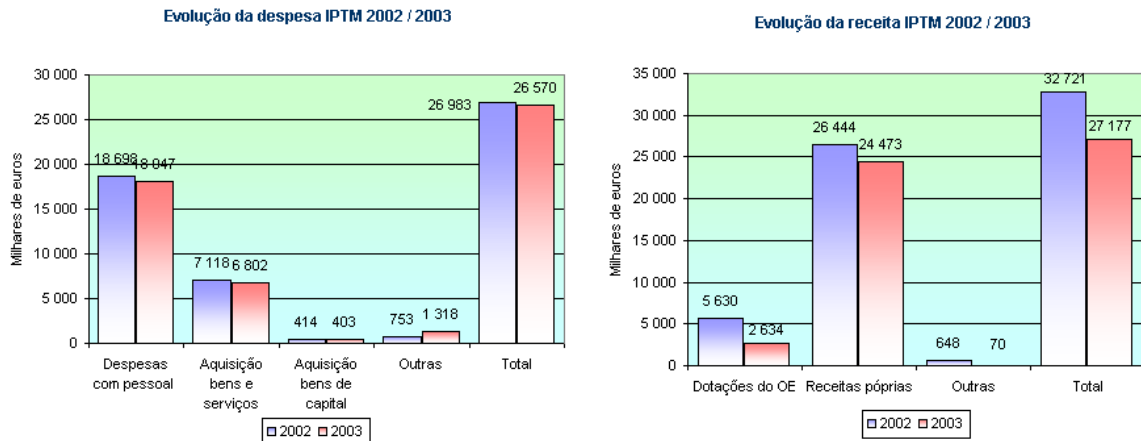
As receitas de funcionamento ascenderam a 27,1 milhões de euros. Valor que corresponde a uma variação negativa de 5,6 milhões de euros (-16,9%) em relação a 2002. Esta Variação ficou a dever-se à diminuição das transferências do Orçamento do Estado em 3 milhões de euros, as quais, de 2002 para 2003, passaram de 5,6 para 2,6 milhões de euros (-53,7%), e também à utilização de receitas próprias, no montante superior a 3 milhões de euros, no financiamento de investimentos inscritos no PIDDAC, aplicação que foi autorizada pela tutela sectorial e financeira.

Por sua vez, as despesas de funcionamento atingiram a verba de 26,6 milhões de euros, o que corresponde a uma diminuição de 412 mil euros (-1,5%) relativamente a 2002, realçando-se a redução das despesas com a aquisição de bens e serviços em -315 mil euros (4,4%) e das despesas com pessoal uma redução de 650 mil euros (-3,5%). Aliás, a redução das despesas com pessoal poderia ter sido muito superior se não tivesse sido necessário proceder ao pagamento:

- à Caixa Geral de Aposentações (CGA), da quota de 10% sobre os vencimentos de 2003 da responsabilidade do Instituto, no montante de 877 mil euros, o que ocorreu pela primeira vez nas instituições integradas; e

- da totalidade das pensões, no montante de cerca de 600 mil euros, aos 32 funcionários que se aposentaram durante o ano de 2003, pelo facto da CGA não as ter mandado publicar atempadamente em Diário da República.

Os gráficos seguintes espelham o que se acabou de referir.



Relativamente ao PIDDAC, salienta-se que, embora o início de execução tenha sido condicionado negativamente pelo processo de integração do IPTM, a taxa de execução registou o valor de 75,8% ou de 45,5%, consoante se considerar os fundos nacionais ou a totalidade das fontes de financiamento, conforme se ilustra no quadro seguinte.

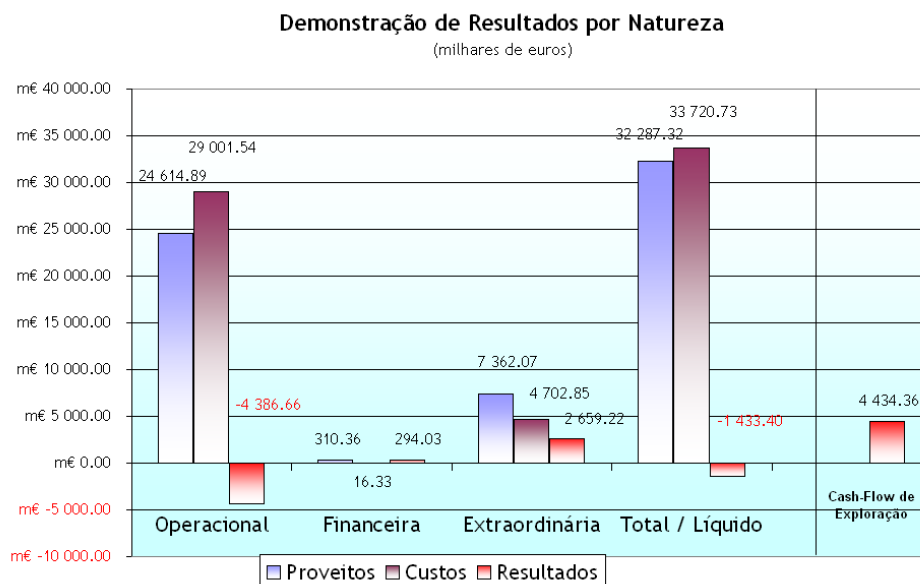
Quadro Resumo da execução do PIDDAC

(Milhares de Euros)

Rubrica	2002	2003	Variação
FUNDOS NACIONAIS			
Orçamento	40 619.8	24 220.1	-40.4%
Pagamentos	25 828.5	18 361.4	-28.9%
Taxa de Execução	63.6%	75.8%	-
TOTAL DAS FONTES DE FINANCIAMENTO			
Orçamento	66 476.4	59 163.9	-11.0%
Pagamentos	31 552.1	26 931.0	-14.6%
Taxa de Execução	47.5%	45.5%	-

7.2.2. Na óptica Patrimonial

No exercício de 2003, o IPTM apresentou resultados líquidos negativos de 1 443 mil euros, reflectindo uma situação de exploração negativa de 4 386 mil euros, compensada parcialmente por resultados extraordinários positivos de 2 659 mil euros.

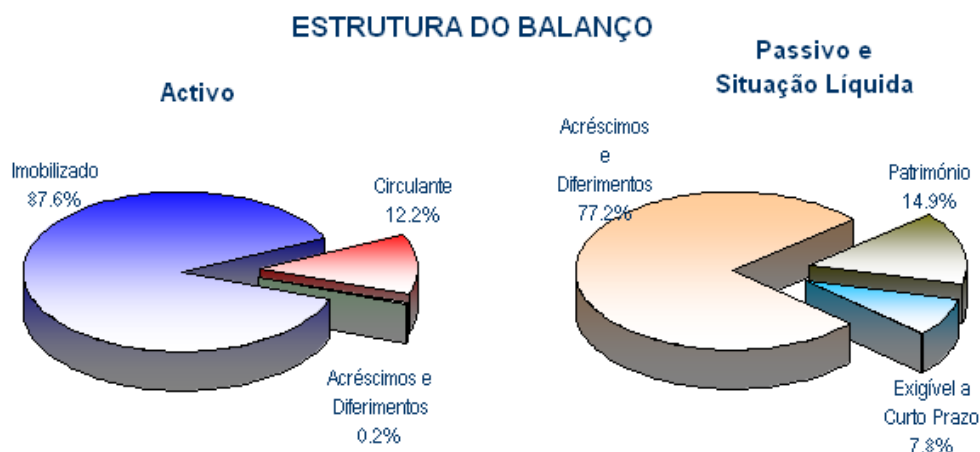


A taxa de cobertura dos custos pelos proveitos operacionais foi de 85%, sendo a estrutura daqueles caracterizada fundamentalmente pelo facto de os custos com pessoal representarem 46,9% do total, os fornecimento e serviços externos, 18,2%, e as amortizações e provisões, 17,4%.

O elevado valor destas duas últimas rubricas, respectivamente de 4 710 mil euros e de 1 157 mil euros, levaram a que, apesar do resultado líquido negativo, o cash-flow de exploração tivesse apresentado um valor positivo de 4 434 mil euros, correspondente a 13,7% do total dos proveitos.

A estrutura financeira no final do exercício de 2003, é caracterizada sucintamente pelos gráficos seguintes, que mostram claramente a predominância das rubricas relativas à execução do PIDDAC – um valor do imobilizado líquido que representa 87,6% do total do activo, e um valor de acréscimos e diferimentos, onde se registam os basicamente os financiamentos do imobilizado, de 77,2% do total do passivo e situação líquida.

Importa ainda sublinhar o facto de activo circulante ultrapassar em 11,7% o valor do passivo.



III. AVALIAÇÃO FINAL

O ano de 2003 foi um período de consolidação da nova abordagem na gestão pública do sector marítimo e portuário, integrada e mais racional, em conformidade com as políticas, objectivos e estratégias superiormente definidas.

Neste enquadramento, o IPTM está a desenvolver um processo de modernização, com base numa lógica de racionalidade na afectação e gestão de recursos, colocando ênfase na qualidade do serviço prestado e no relacionamento com os clientes/utentes.

No conjunto das actividades prosseguidas, considera-se que foi possível, globalmente, dar cumprimento cabal às missões estatutárias, com uma maior economia de meios.

Neste plano, cabe um especial destaque para:

- O esforço de recuperação relativamente à transposição de Directivas Comunitárias;
- A promoção e coordenação da implementação, em território nacional, das medidas relativas à segurança e protecção do transporte marítimo decorrentes do Código ISPS, da proposta de Regulamento Comunitário relativo ao Reforço da Protecção dos Navios e das Instalações Portuárias e das actividades tendentes à instalação do sistema comunitário de informação de tráfego marítimo – projecto Safe Sea Net;
- Contribuição activa para a revisão das orientações da RTE-T, que está na origem do projecto prioritário “Auto-estrada Marítima da Europa Ocidental”.

Numa óptica de gestão económica e financeira, a actividade do IPTM caracterizou-se pelo cumprimento dos limites legalmente estabelecidos e pela implementação de novos instrumentos de gestão, processo que ficará estabilizado no exercício de 2004.

Lisboa, 3 de Junho de 2004

O Conselho de Administração



ANEXOS

ANEXO I – Actividade na Área Legislativa

Diplomas legislativos e regulamentares

- Portaria n.º 575/2003, de 16 de Julho

Substitui o modelo do certificado de segurança para navio de passageiros.

- Decreto- Lei n.º 269/2003, de 28 de Outubro

Altera o Regulamento da Actividade Marítimo-Turística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 21/2002, de 31 de Janeiro.

- Decreto- Lei n.º 265/2003, de 24 de Outubro

Aprova as bases da concessão da construção e exploração de um porto destinado à navegação de recreio, situado no município de Lagoa, na margem esquerda do rio Arade, designado por marina de Ferragudo.

- Projecto de portaria de regulamentação do “Harbour Master”.

Transposição de Directivas

- Directiva 2002/6/CE (FAL OMI), *relativa às formalidades de declaração exigidas dos navios à chegada e/ou à partida de portos portugueses - Preparação de projecto de diploma de transposição;*

- Directiva nº 1999/63/CE, de 21 de Junho (Decreto-Lei nº 145/2003, de 2 de Julho)

Acordo Europeu Relativo à Organização do Tempo de Trabalho dos Marítimos, celebrado pela Associação de Armadores da Comunidade Europeia/ECSA e pela Federação dos Sindicatos dos Transportes da União Europeia/FST.

- Directiva nº 1999/95/CE, de 13 de Dezembro (Decreto-Lei nº 146/2003, de 3 de Julho)

Aplicação das disposições respeitantes ao período de trabalho dos marítimos a bordo dos navios que utilizam portos da Comunidade.

- Directiva n.º 2002/35/CE, de 25 de Abril (Decreto-Lei nº 155/2003, de 17 de Julho)

Regime de segurança harmonizado para os navios de pesca de comprimento igual ou superior a 24m.

- Directiva n.º 2000/59/CE, de 27 de Novembro (Decreto-Lei nº 165/2003, de 24 de Julho)

Meios portuários de recepção de resíduos gerados em navios e de resíduos provenientes de carga, com origem em navios que utilizem portos nacionais.

- Directiva n.º 2002/25/CE, de 5 de Março (Decreto-Lei n.º 180/2003, de 14 de Agosto)

Regras e normas de segurança para os navios de passageiros.

- Directiva n.º 2001/106/CE, de 19 de Dezembro (Decreto-Lei n.º 284/2003, de 8 de Novembro)

Aplicação aos navios que escalem os portos da Comunidade ou naveguem em áreas sob a jurisdição dos Estados membros das normas internacionais respeitantes à segurança de navegação, à prevenção de poluição e às condições de vida e do trabalho a bordo dos navios.

- Directiva n.º 2001/105/CE, de 19 de Dezembro (Decreto-Lei n.º 321/2003, de 23 de Dezembro)

Regras comuns para as organizações de vistoria e inspecção dos navios e para as actividades relevantes das administrações portuárias.

- Directiva n.º 2001/96/CE, de 4 de Dezembro (Decreto-Lei n.º 323/2003, de 24 de Dezembro)

Normas e procedimentos harmonizados para segurança das operações de carga e de descarga de navios graneleiros

ANEXO II - Actividade na Área da Marinha de Comércio

Estudos/trabalhos:

- Comércio Externo de Portugal, segundo modos de transporte (Ferroviário, Rodoviário, Marítimo, Aéreo e Outros).
- Movimento de navios e de passageiros e mercadorias nos portos portugueses (Informação anual - Série cronológica de 1998 a 2002).
- Informação mensal (Série cronológica desde 1980) da Evolução da Frota ao Serviço dos Armadores Nacionais, do número de navios e respectivas toneladas, por tipos de registo convencional e MAR (distinguindo, neste caso, os controlados por empresas portuguesas e os de propriedade de empresas não portuguesas).
- Actualização de informação/legislação relativa à marinha de comércio, com interesse para inserir no site do IPTM.
- Mapa Diário da Situação dos Navios ao Serviço dos Armadores Nacionais.
- Organização e tratamento de dados para a publicação ARMADORES E NAVIOS, de difusão mensal.

Representação externa e participação em grupos de trabalho:

- Participação no Grupo de Trabalho de Estatísticas dos Transportes, criado no âmbito do Conselho Superior de Estatística;
- Participação na actividade da CS/12 - Comissão Sectorial de Transportes do Conselho Nacional da Qualidade, realçando-se a seguinte acção: *Organização e realização da Sessão Temática «Satisfação do Cliente – Avaliação e Índices», no Auditório da Gare Marítima da Rocha do Conde de Óbidos.*
- Colaboração com o Gabinete de Estudos e Planeamento do MOPTH, no âmbito do grupo de trabalho para a criação do Sistema de Informação de Transportes (SIT) do Ministério.

ANEXO III – Actividades na Área da Administração Marítima**Q1. MARINHA DE COMÉRCIO NACIONAL****Q1.1. Apoios à Marinha de Comércio**

Tipo de apoios	euros		
	2001	2002	2003
Formação de quadros de terra – bolsas de estudo	187.787	200.169	133.007
Modernização da frota da marinha de comércio nacional	249.399	464.761	250.000
Investimento estruturante na marinha de comércio nacional	2.133.448	2.404.765	3.439.042
Subsídios ao embarque de praticantes na marinha de comércio nacional	196.651	270.826	344.757
Total	2.767.286	3.340.521	4.166.806

Q1.2. Armadores Nacionais

Registos	2002	2003
N.º de novas inscrições de armadores	0	2
N.º de armadores em actividade no fim do ano	17	19

Q1.3. Registo Nacional de Operadores Marítimo-turísticos

Registos	2002	2003
N.º de averbamentos a licenças já existentes	-	10
N.º de novos operadores	36	12
N.º total de licenças emitidas	36	22
N.º total de licenças emitidas (pelo IPTM e Capitánias) até fim do ano	n.d.	259

Q1.4. Agentes de Navegação

Registos	2002	2003
N.º de novas inscrições	4	2
N.º de agentes registados até fim do ano	231	233

Q1.5. Gestores de Navios

Registos	2002	2003
N.º de inscrições de Gestores de navios	2	0
N.º de Gestores registados até fim do ano	10	10

Q1.6. Armadores de Tráfego local

Registos	2002	2003
N.º de inscrições de armador de tráfego local	6	3
N.º de armadores inscritos no fim do ano	93	96

Q1.7. Autorizações Concedidas para Utilização de Navios na Cabotagem Nacional e no Tráfego Local

Registos	2002	2003
N.º de autorizações para utilização de navios na cabotagem nacional	251	149
N.º de autorizações para a utilização de embarcações de tráfego local fora da área do seu registo	7	14
N.º de autorizações para a utilização, na área de navegação local, de embarcações não registadas nessa área	6	4

Q1.8. Actos Declarativos / Certificativos

Registos	2002	2003
N.º de certidões/declarações emitidas sobre situações ou factos relacionados com armadores, gestores de navios, agentes de navegação, operadores de actividades marítimo-turísticas, armadores de tráfego local, navios de comércio, seguros (P&I) e outros;	17	31
N.º de certificados CLC emitidos, ao abrigo da Convenção Internacional sobre a Responsabilidade Civil pelos Prejuízos Devidos a Poluição por Hidrocarbonetos de 1969 (CLC 69).	7	7

Q2. CONSTRUÇÃO E MODIFICAÇÃO DE NAVIOS

Q2.1 Processos e Vistorias

<i>Designação</i>	2002	2003
N.º de processos de embarcações mercantes	356	492
N.º de processos de embarcações de recreio	186	152
N.º de vistorias realizadas	---	1825

Q2.2 Aprovações de Equipamentos e Homologações de Motores

Aprovações e homologações	2002	2003
Aprovação de equipamentos	5	12
Homologação de motores	82	40

Q2.3 Arqueações

Tipo de embarcação	2002	2003
Recreio	186	100
Mercantes	142	133
Estimativas (Pesca)	82	60

Q2.4 Documentação Emitida

Declarações e Certificados	2002	2003
Declarações para registo	57	45
Declarações (artº 7º DL 150/88)	36	33
Certificados de navegabilidade	135	159
Certificados de Linha de Carga Carregada	20	17
Certificados Internacionais de Arqueação	13	10
Certificados de Inspeção a Equipamentos e Componentes Eléctricos	16	11

Q3. NAVIOS EM SERVIÇO

Q3.1 Certificação e Outra Actividade Técnica Relativa a Navios do Registo Nacional, em Serviço

Designação	2002	2003
Certificados de Navegabilidade	196	168
<i>Tráfego Local</i>	77	58
<i>Pesca < 24 m</i>	21	19
<i>Especial</i>	6	25
<i>Conformidade</i>	79	65
<i>Isenção – Conformidade</i>	13	1
Certificados de Bordo Livre	62	41
<i>Internacional de Linhas de Carga</i>	21	22
<i>Isenção das Linhas de Carga</i>	26	17
<i>Linhas de água Carregada</i>	8	2
Certificado de Prova do Aparelho de Carga e Descarga	7	7
Certificados SOLAS	49	59
<i>Segurança de Construção</i>	9	7
<i>Segurança de Equipamento</i>	11	9
<i>Segurança Radioeléctrica</i>	11	12
<i>Isenção</i>	5	7
<i>Provisório de Gestão para a Segurança</i>	–	1
<i>Gestão para a Segurança</i>	12	16
<i>Provisório de Conformidade</i>	–	2
<i>Documento de Conformidade</i>	1	5
Certificado de Segurança de Passageiros – Directiva Comunitária	–	9
Certificado IOPP	16	23
Regulamento do Serviço Radioeléctrico – L.E	1911	1.910
Sistema de Registo de Dados de Passageiros	6	8
Emissão de Passaportes	3	3
Pedidos de Montagem / Desmontagem de Equipamentos:	1673	1.432
Consignação de MMSI	359	745
Atribuição do Indicativo de Chamada das Embarcações Nacionais	879	896
Revalidações de Aprovações de equipamentos Radioeléctricos	55	2
Pareceres Técnicos	250	171
Vistorias a Navios do RINMAR	26	19

Q4. PESSOAL DO MAR

Q4.1 Participação de Técnicos do IPTM, na Qualidade de Presidentes de Júris de Avaliação de Cursos de Formação Reconhecidos

Designação da Actividade	2002	2003
N.º total de acções	54	16
N.º de candidatos envolvidos	853	232

Q4.2 Supervisão de Exames de Qualificação, Competência, Legislação Marítima Portuguesa e Operador Radiotelefonista - Exames Efectuados

Tipo de exame	2002		2003	
	Acções	Candidatos	Acções	Candidatos
Qualificação	76	470	18	118
Competência	90	160	60	107
Legislação marítima portuguesa	197	716	179	394
Operador radiotelefonista	114	969	122	999

Q4.3 Actividade de certificação e emissão de licenças e documentação diversa relativa a marítimos e lotações

Certificação	2002	2003
Autorizações de embarque de marítimos	929	781
Autorizações de embarque de bebidas alcoólicas	122	116
Averbamentos e cartas de oficial da marinha mercante	326	135
Certificados de qualificação e de operador radiotelefonista	7045	5747
Certificados de competência STCW	455	285
Autenticações STCW	807	543
Declarações sobre reconhecimento de certificados STCW	1255	795
Fixação de lotações e emissão de certificados	219	173
Reconhecimentos de formação e equivalências profissionais	–	160

Q5. NÁUTICA DE RECREIO

Q5.1 Navegadores de Recreio

Registos	2002	2003
N.º de exames efectuados	843	895
N.º de cartas emitidas	10.751	12.714
N.º de equiparações de cartas	789	861
N.º de renovações de cartas	3.127	3.927
N.º de emissões de 2ª via de cartas	438	598
N.º de novas entidades formadoras credenciadas.	18	10

Q5.2 Cartas de Navegador de Recreio Emitidas

Tipo de carta	2002	2003
Principiante	33	29
Marinheiro	6.490	8.052
Patrão de motor	101	130
Patrão de vela e motor	261	314
Patrão local	2.753	3.078
Patrão de costa	851	835
Patrão de alto mar	253	276
Total	10.742	12.714

Q6 – PADRÕES TÉCNICOS DE SEGURANÇA

Tradução de diversos documentos e instrumentos normativos internacionais, destacando-se:

- Código Internacional para Embarcações de Alta Velocidade;
- 17 Emendas à Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar (SOLAS) e o Capítulo XI-1 da mesma Convenção;
- Resolução MEPC.88(44), relativa à implementação do Anexo IV à Convenção MARPOL 73/78;
- Resolução da OMI A.849 (20) – Código para a Investigação de Incidentes e Acidentes Marítimos; e Resolução A.884(21), que contém emendas ao referido Código;
- Convenção Internacional Relativa ao Controlo dos Sistemas Antivegetativos Nocivos nos Navios, de 2001.

Trabalhos técnicos preparatórios dos seguintes instrumentos normativos nacionais:

- Alteração ao Decreto-Lei n.º 51/97, de 1 de Março, relativo ao regime das agulhas magnéticas a utilizar a bordo das embarcações nacionais;
- Regulamentação da aplicação da Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar e respectivo Protocolo;
- Portaria de regulamentação do Decreto-Lei n.º 199/98, de 10 de Julho (processos de vistorias e de certificação das embarcações de pesca de comprimento entre perpendiculares inferior a 12 m);
- Portaria de regulamentação da navegação de recreio em albufeiras;
- Regulamento sobre a construção e modificação das embarcações de pesca de comprimento entre perpendiculares igual ou superior a 12 m e inferior a 24 m.

ANEXO IV - Estudos e Projectos Realizados na Área da Coordenação do Sistema Portuário Nacional

- Relatório de análise dos regulamentos de tarifas portuárias para 2004 dos portos do continente;
- Estudo sobre o desenvolvimento de um Sistema Harmonizado de Contabilidade de Custos nas Administrações e Institutos Portuários;
- Estudo de definição de condições de exploração económica das infra-estruturas marítimo-portuárias de apoio à actividade da pesca, que constitui uma base para futura revisão do regime de exploração dos portos de pesca do continente;
- Promotor, em parceria, do projecto CEODOURO, candidatado a financiamento pelo Programa IDEIA (Apoio à Investigação e Desenvolvimento Empresarial Aplicado), com o qual se visa estudar as condições de produção de energia renovável, através da utilização da tecnologia de Coluna de Água Oscilante (CAO) adaptada às obras de abrigo (quebra-mares ou molhes);
- Estudo da Intervenção na Zona da Barra de Aveiro, com Dragagem e Reforço do Cordão Dunar – concluiu-se a elaboração do processo de concurso;
- Realização de campanhas de amostragem e caracterização físico química de sedimentos para diversos estudos e projectos que envolvem intervenções de dragagem;
- Representação e trabalhos em diversos grupos, designadamente, SEBA – OSPAR, Conselho Consultivo da Autoridade Marítima Nacional, PIANC, Comissão da Marca de Qualidade LNEC, Grupo de Trabalho Técnico de Apoio à Comissão de Limites entre Portugal e Espanha, e Centro de Apoio ao Licenciamento de Projectos Turísticos Estruturantes;
- Acompanhamento e realização de trabalhos no âmbito do cumprimento de protocolos diversos estabelecidos com entidades externas;
- Observação Sistemática de Obras Marítimas (OSOM) e desenvolvimento de outros estudos, no âmbito de protocolo com o LNEC;
- Execução de trabalhos topo-hidrográficos para elaboração de projectos, acompanhamento e fiscalização de obras;
- Execução de campanhas de sondagens geológicas e elaboração de relatórios geotécnicos;
- Desenvolvimento de trabalhos de implementação de um Sistema de Informação Geográfica (SIG).

ANEXO V – Actividades dos Portos Marítimos sob Jurisdição do IPTM**1. Portos do Norte****1.1. Porto Comercial de Viana do Castelo**

Em 2003, escalaram o porto, por motivos comerciais, 262 navios, o que representa um decréscimo de 17% relativamente ao ano anterior.

A arqueação bruta total dos navios registou uma diminuição de 7%, tendo-se verificado, contudo, um aumento da arqueação bruta média dos navios de 2.967 GT para 3.308 GT.

Por outro lado, o comprimento médio dos navios passou de 92,22 metros para 94,46 metros.

Movimento de navios comerciais

	2002			2003			Variação %		
	Navios	GT	LOA	Navios	GT	LOA	Navios	GT	LOA
Nacionais	77	199.045	7.019	82	225.503	7.616	6%	13%	9%
Estrangeiros	238	735.621	22.031	180	641.176	17.395	-24%	-13%	-21%
Total	315	934.666	29.050	262	866.679	25.011	-17%	-7%	-14%

LOA – Comprimento fora-a-fora

A movimentação global de mercadorias foi de 794.070 toneladas, o que significou um decréscimo de 9%, relativamente ao ano de 2002.

Na carga geral, movimentaram-se 208.078 toneladas, e nos granéis sólidos, foram descarregadas 542.425 toneladas, o que representou decréscimos de, respectivamente, 20% e 5%, em relação ao ano anterior.

Por sua vez, as 43.567 toneladas de granéis líquidos movimentadas corresponderam a um acréscimo de 7%, relativamente ao ano de 2002.

O cimento, os adubos compostos, a madeira, o papel kraft e o aço foram as principais mercadorias movimentadas no porto.

Movimento de Mercadorias

Mercadoria \ Ano	2002	2003	Variação
	Embarcada	67.551	54.708
Desembarcada	806.413	739.362	-8%
Total	873.964	794.070	-9%

1.2. Porto de Recreio de Viana do Castelo

Comparativamente ao ano de 2002, verificou-se um decréscimo de 12% no número de “embarcações passantes”.

Registou-se uma ocupação de 100% no que respeita às embarcações estacionadas permanentemente na doca de recreio, em regime de avença.

No seu conjunto, as embarcações com bandeira do Reino Unido, França, Holanda, Alemanha e Portugal representaram cerca de 80% do movimento total.

Em termos médios, as “embarcações passantes” têm um comprimento de 12 metros.

ano	Passantes/ano			Permanentes/mês		
	2002	2003	Variação	2002	2003	Variação
Embarcações						
Lanchas	26	32	23%	137	133	-3%
Veleiros	656	569	-13%	26	30	15%
Total	682	601	-12%	163	163	0%

1.3. Construção e Reparação de Embarcações de Pesca

Nos Estaleiros Navais de Azurara, em Vila do Conde, durante o ano de 2003, foi construída menos 1 embarcação e reparadas mais 6 embarcações do que no ano anterior, o que representa uma diminuição de 12,5% nas construções e um acréscimo de 3% nas reparações.

Construções			Reparações		
2002	2003	Variação	2002	2003	Variação
8	7	-12,5%	196	202	3%

1.4. Actividade da Pesca

No conjunto dos portos de Viana do Castelo, Póvoa de Varzim e Vila do Conde, registou-se um acréscimo de 31% no movimento de pescado em relação ao ano de 2002.

O valor global do pescado aumentou em 28%, tendo-se verificado, porém, uma ligeira diminuição do preço médio que passou de € 2,21/Kg para € 2,16/Kg.

	Quantidades (Tons.)			Valor (Milhares de Euros)		
	2002	2003	Variação	2002	2003	Variação
Viana do Castelo	1.305	1.906	46%	2.994	3.827	28%
Póvoa de Varzim	1.218	1.335	10%	2.589	3.115	20%
Vila do Conde	224	357	59%	489	842	72%
Total	2.747	3.598	31%	6.072	7.784	28%

1.5. Estudos e Projectos

Em 2003, será de destacar ao nível de estudos e projectos:

- Estudos e projectos dos acessos rodo-ferroviários ao sector comercial do porto de Viana do Castelo;
- Projecto de execução das obras e apetrechamento correspondente à 1.^a fase de expansão do sector comercial do porto de Viana do Castelo;
- Monitorização das Obras de Construção do Portinho de Pesca de Vila Praia de Âncora - em execução;
- Plano de Requalificação e Arranjo da Zona Ribeirinha de Vila Praia de Âncora - adjudicação do estudo e execução do 1º Relatório de Progresso;
- Plano de Intervenções na Zona Piscatória de Pedra Alta, em Castelo do Neiva - apresentação da proposta final de arranjo geral de ordenamento;
- EIA do Projecto de Melhoria da Barra do Cávado - estudo concluído, tendo-se iniciado o procedimento de AIA;
- Estudo e Projecto da Doca de Recreio de Vila do Conde – em execução;
- Projectos de Execução para a Empreitada das Obras Correspondentes ao Núcleo de Pesca Previsto na Zona 3 do POE de Vila do Conde e da Ponte Pedonal Sobre a Doquinha Prevista na Zona 2 do POE de Vila do Conde – em execução;
- Projectos de Execução para a Empreitada de Construção de Núcleo de Estacionamento de Barcos de Recreio no Cais das Lavadeiras - Obras Correspondentes à Zona 1 do POE de Vila do Conde – em execução;
- Projectos de Execução para a Empreitada do Arranjo e Reabilitação da Área Marginal entre a Praça da República e o Largo Ribeirinho Junto ao Cais das Lavadeiras e de Estacionamento de Uma Nau – Obras Correspondentes à Zona 1 do POE de Vila do Conde - em execução;
- Plano de Intervenção na Zona Piscatória de Angeiras e Projecto de uma Obra Marítima de Abrigo - execução do Estudo Prévio e do EIA , tendo-se iniciado o procedimento de AIA.

1.6. Obras Portuárias

A intervenção mais significativa respeita à Empreitada de Construção das Infra-estruturas Marítimas do Portinho de Pesca de Vila Praia de Âncora, já concluída, tendo-se concretizado finalmente uma antiga aspiração local. Os dois quebra-mares construídos possibilitam as condições de abrigo à comunidade piscatória local, assim como aos praticantes do recreio e desportos náuticos.

2. Portos do Centro

2.1. Porto Comercial da Figueira da Foz

Em 2003, escalaram o porto, por motivos comerciais, 277 navios, o que representa um acréscimo de 0,72% relativamente ao ano anterior.

A arqueação bruta total dos navios registou um aumento de 8%, tendo-se verificado um acréscimo da arqueação bruta média de 2.217 GT para 2.278 GT.

Movimento de navios comerciais

	2002		2003		Variação %	
	Navios	GT	Navios	GT	Navios	GT
Nacionais	9	16.458	34	83.597	277.77%	407.94%
UE	144	342.946	115	267.753	-20.14%	-21.93%
Outros países	122	261.782	128	257.681	4.91%	-1.57%
Total	275	621.186	277	609.031	0.72%	-1.96%

A movimentação global de mercadorias foi de 803.321 toneladas, o que significou um acréscimo de 10.54%, relativamente ao ano de 2002.

Na carga geral movimentaram-se 438.660 toneladas, nos granéis sólidos movimentaram-se 333.345 toneladas e em contentores 31.316 toneladas.

A pasta de papel, bobines de papel, vidro a granel, cimento e aço foram as principais mercadorias movimentadas no porto.

Movimento de Mercadorias

Mercadoria	Ano		
	2002	2003	Variação
Embarcada	398.107	499.163	25.38%
Desembarcada	328.593	304.158	-7.44%
Total	726.700	803.321	10.54%

2.2. Portos de Recreio

Os Núcleos da Figueira da Foz, Peniche e Nazaré registaram uma ligeira diminuição do número de embarcações passantes (-7.6% no conjunto dos três Núcleos) e uma ocupação de 100% no que respeita às embarcações estacionadas permanentemente, em regime de avença.

Núcleos	Ano	Passantes/ano			Permanentes		
		2002	2003	Variação	2002	2003	Variação
Figueira da Foz		922	902	-2.17%	195	197	1.03%
Peniche		811	715	-11.84%	124	124	0%
Nazaré		615	552	-10.24%	38	38	0%
Total		2.348	2.169	-7.62%	357	359	0.56%

2.3. Actividade da Pesca

O quadro seguinte, relativo aos volumes e valores do pescado transaccionado nos portos que integram a Delegação dos Portos do Centro, evidencia, no seu conjunto, um decréscimo pouco significativo, tanto em volume como em valor.

	Quantidades (Tons.)			Valor (Milhares de Euros)		
	2002	2003	Variação	2002	2003	Variação
Figueira da Foz	12.319	11.203	-9.06%	11.302	11.837	4.73%
Peniche	16.122	16.927	4.99%	25.127	24.552	-2.29%
Nazaré	4.561	4.349	-4.65%	8.354	8.071	-3.39%
Total	33.002	32.479	-1.58%	44.783	44.460	-0.72%

2.4 Estudos e Projectos

Os estudos e projectos mais relevantes em 2003 foram:

- Projecto de Reabilitação do Molhe Sul e dos Molhes de Guiamento do Porto da Figueira da Foz – execução do Estudo Prévio;
- Projecto das Obras de Melhoria das Condições de Abrigo nos Cais do Sector Comercial e de Manutenção do Canal de Acesso ao Porto da Figueira da Foz - execução do Estudo Prévio e início do EIA;
- Projecto de Execução do Terminal Papeleiro do Porto da Figueira da Foz - conclusão do procedimento de AIA;
- Estudo de Incidências Ambientais do Projecto da Infra-estrutura Portuária do Núcleo Piscatório da Gala no Porto da Figueira da Foz – conclusão;
- EIA do Projecto do Prolongamento do Terminal de Granéis Sólidos do Porto da Figueira da Foz – em execução;
- Projecto de Reabilitação da Cabeça do Molhe Sul do Porto da Figueira da Foz – conclusão;
- Plano de Ordenamento e Expansão do Porto de Peniche – conclusão;
- Projecto de Execução das Obras de Recuperação do Fosso da Muralha de Peniche e respectivo EIA - execução do Estudo Prévio e relatório preliminar de EIA;
- Projecto de Reacondicionamento do Molhe Oeste do Porto de Peniche - trabalhos preparatórios;
- Projecto de Dragagem no Porto de Peniche e respectivo processo de concurso – início;
- Plano Director do Porto da Ericeira e Projectos das Obras da 1ª Fase de Desenvolvimento – conclusão do Plano Director e início dos projectos das Obras da 1ª Fase de Desenvolvimento;

- Projecto de Infra-estruturas Portuárias das Áreas Nascente, Norte e Sul do Porto da Nazaré.

2.5. Obras Portuárias

As intervenções mais significativas de construção e melhoramento de infra-estruturas foram as seguintes:

- Empreitada de Construção da 2ª Fase das Obras Marítimas do Sector de Pesca do Porto de Peniche – obra de expansão dos cais de acostagem e estacionamento e dos terraplenos, já concluída. A intervenção será completada com obras de remate em 2004;
- Empreitada de Restabelecimento das Condições Mínimas de Operacionalidade no Cais do Porto da Ericeira, que envolveu o reforço do cais, dragagem e remoção de enrocamentos e construção de muro cortina;
- Empreitada de Reformulação do Sistema de Alagem, Ordenamento de Fundeadouro e Conclusão da Rampa do Porto da Nazaré, já concluída;
- Empreitada de Reparação da Cabeça do Molhe Norte do Porto da Nazaré, consistindo na contenção dos danos com colocação de tetrápodos, e já concluída;
- Empreitada de Melhoramento da Acessibilidade Marítima do Porto da Figueira da Foz – 2ª fase, através da qual se procedeu a dragagens e quebramento de rocha no ante-porto e canal de acesso;
- Empreitada de Construção do Núcleo Piscatório da Gala – Figueira da Foz. A obra está em curso e destina-se a propiciar condições de estacionamento e de abastecimento das pequenas embarcações de pesca local;
- Empreitada de Reforço da Cabeça do Molhe Sul do Porto da Figueira da Foz, já concluída;
- Fornecimento e Montagem de Equipamento Flutuante (passadiços) na Doca de Recreio do Porto da Figueira da Foz, já concluído;
- Empreitadas de Repavimentação de Arruamentos e Construção de Vedação no Porto de Pesca do Porto da Figueira da Foz, já concluídas.

3. Portos do Sul

O movimento comercial nos portos de Faro e Portimão registou um ligeiro acréscimo relativamente aos anos anteriores, mantendo a actividade turística uma expressão significativa na área geográfica dos portos do Sul.

3.1. Porto de Faro

O ano de 2003 foi o primeiro dos últimos seis anos em que se inverteu a situação de decréscimo consecutivo de navios a escalarem o Porto de Faro, embora com pouca expressão. Esta retoma deveu-se, em grande parte, ao regresso de mercadorias que anteriormente se movimentavam no porto, como seja o caso do ferro em varões, sal e alfarroba.

Escalaram o Porto de Faro 50 navios e foram movimentadas 152.756 toneladas de mercadoria.

3.2. Porto de Portimão

O Porto de Portimão, na sua vertente comercial, registou um acréscimo de mercadoria de 4% relativamente ao ano anterior, sendo previsível um aumento muito significativo durante o ano 2004.

Escalaram o Porto de Portimão 8 navios de comércio e foram movimentadas 9.849 toneladas de mercadoria.

3.3. Actividade Turística

No Sotavento do Algarve, foi transportado, nas carreiras de transportes colectivos de passageiros entre as várias ilhas, um total de 1.607.354 passageiros:

Carreiras	Passageiros
Faro - Ilha Deserta - Faro	17.310
Faro - Ilha do Farol - Faro	23.400
Fuzeta - Ilha da Armona - Fuzeta	444.972
Olhão - Ilha da Armona - Olhão	275.841
Olhão - Ilha da Culatra - Olhão	82.514
Olhão - Ilha do Farol - Olhão	145.568
Tavira - Ilha de Tavira - Tavira	428.618
Vila Real Stº. António - Ayamonte	189.131
Total	1.607.354

No Barlavento, o Porto de Portimão tem vindo a registar um aumento das escalas de paquetes de cruzeiro turístico, em consequência da política de promoção desenvolvida, a qual tem produzido resultados muito positivos, sendo de destacar um aumento de 82% de passageiros relativamente ao ano anterior.

Escalaram o Porto de Portimão 25 paquetes de cruzeiros e passaram, em trânsito, 9.692 passageiros.

A actividade marítimo-turística (viagens ao longo da costa Algarvia) tem-se mantido num nível razoável, tendo sido efectuadas 2.697 viagens na zona de Portimão, 3.144 na zona de Lagos e 467 na zona de Sagres, com um total de 98.170 passageiros.

Actividade marítimo-turística	Passageiros
Portimão	50.094
Lagos	45.075
Sagres	3.001
Total	98.170

3.4. Actividade da Pesca

Nos portos de pesca do Algarve foram descarregadas em 2003 cerca 30,2 milhares de toneladas de pescado, correspondendo a uma ligeira redução relativamente ao ano anterior.

Por porto, verificaram-se aumentos da descarga de pescado em Olhão (porto pesqueiro mais importante da região) e em Vila Real de Santo António e comportamentos opostos em Portimão (segundo porto pesqueiro mais expressivo na região), Lagos e Tavira.

3.5. Estudos e Projectos

Em termos de estudos e projectos desenvolvidos em 2003 serão de destacar os seguintes:

- Projecto e Respectivo Processo de Concurso para a Execução da Empreitada de Instalações Terrestres do Porto de Pesca da Quarteira – conclusão do Projecto de Execução e Processo de Concurso;
- Elaboração do Projecto de Execução da Barra de Faro e do Canal de Acesso ao Porto de Faro - elaboração dos Estudos Prévios;
- Projecto de Execução das Instalações Terrestres da Doca de Recreio de Olhão - conclusão do Projecto de Execução e Processo de Concurso;
- Elaboração do estudo de navegabilidade do rio Arade entre Portimão e Silves - aguarda-se o resultado do EIA;
- Estudo dos diagnósticos ambientais dos portos de pesca da Baleeira, Lagos, Portimão, Quarteira, Olhão, Vila Real de Santo António; portos comerciais de Portimão, Faro e docas de recreio de Faro, Olhão e Vila Real de Santo António, num sistema de indicadores de sustentabilidade ambiental.

Esta intervenção integra-se no projecto interregional e transnacional “PORTOS LIMPOS”, cujo objectivo é melhorar o desempenho ambiental dos portos, pretendendo reduzir progressivamente o impacte ambiental gerado pelas actividades portuárias e náuticas no litoral do Sul da Europa. Esta iniciativa é financiada através do Programa Comunitário INTERREG III B SUDOE, com ajuda do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER). Nela participam as regiões de Lenguedoc-

Roussillon, Catalunha, Valência, Cantábria e Algarve, incluindo mais de 150 portos comerciais, pesqueiros e de recreio.

3.6. Obras Portuárias

As intervenções mais significativas na área da construção e melhoramento de infra-estruturas foram as seguintes:

- Empreitada de Construção da Doca de Recreio de Olhão – prosseguiram as obras previstas, que se encontram em fase de conclusão;
- Empreitada de Valorização da Marginal de Portimão – concluídas a Doca de Apoio à Náutica de Recreio e o arranjo marginal da zona entre pontes;
- Empreitada de Dragagem das Barras de Olhão e Fuzeta, em curso;
- Empreitada de Construção de um Quebra-mar da Doca de Pesca Artesanal de Olhão, em curso;
- Concluídos o fornecimento e colocação de pontes-cais flutuantes no Porto de Portimão (Cais Bartolomeu Dias), e as Obras nos Duques D’Alba (terminal de combustíveis de Faro).

ANEXO VI – Actividades relativas à Gestão da Navegabilidade do Douro

A navegação no rio Douro continuou a registar um considerável incremento, quer no que respeita às actividades turísticas, quer às actividades comerciais.

1. Actividade Turística

Os cruzeiros turísticos que utilizaram, pelo menos, uma eclusa movimentaram 167.983 turistas, representando um aumento significativo (31%), seguindo a linha evolutiva de anos anteriores.



Também se tem verificado um acréscimo da actividade entre Novembro e Março (especialmente em Novembro), apesar dos alargados períodos de encerramento das eclusas de navegação. Parece concluir-se, da experiência dos últimos anos, pelo interesse de prolongar a actividade o mais possível até à passagem do ano, o que contribuirá para a redução da sazonalidade da actividade fluvial.

Estima-se que 85% dos turistas dos cruzeiros fluviais sejam Portugueses.

Os barcos hotel, que realizam cruzeiros semanais Porto – Barca de Alva – Porto, funcionam predominantemente com clientela estrangeira (mais de 90%), com relevância para Franceses, Norte Americanos, Ingleses, Suíços, Alemães, Espanhóis e alguns Holandeses.

Os cruzeiros turísticos comercializados na área do Porto/Gaia, nomeadamente os cruzeiros Porto Património Mundial e das cinco pontes, movimentaram um número estimado de 200.000 turistas.

Actividade Turística

Actividade turística	Cruzeiros 5 pontes	Cruzeiros no Douro	Recreio	Desporto	Total
Nº total de passageiros	200.000	167.983	6.838	2.000	376.821
Nº total de viagens/provas	-	2.800	1.483	32	4.315
Nº total de embarcações	20	38	383	710	1.151

Navegação Marítimo-Turística por Eclusa

Navegação Marítimo-Turística	Crestuma	Carrapatelo	Régua	Valeira	Pocinho
N.º de utilizadores por eclusa	120 364	112 315	51 931	34 602	36 378
Distribuição dos utilizadores por eclusa	33,85%	31,59%	14,60%	9,73%	10,23%
TOTAL	355.590 utilizadores				

2. Actividade Comercial

O movimento de mercadorias transportadas por navios fluvio-marítimos ascendeu a 132.365 toneladas, evidenciando um forte aumento, contribuindo para este facto a estabilidade da Barra do Douro e o bom regime de caudais verificado. O movimento deste tipo de navios efectuou-se quase até ao fecho das eclusas de navegação, no final do mês de Dezembro.

Movimento Comercial nos Portos do Douro

Navegação comercial	N.º de Navios	Toneladas		Total
		Exportadas	Importadas	
Porto de Lamego	0	0	0	0
Porto de Sardoura	53	86 715	4 370	91.085
Porto da Várzea	26	41 280	0	41.280
Total				132.365

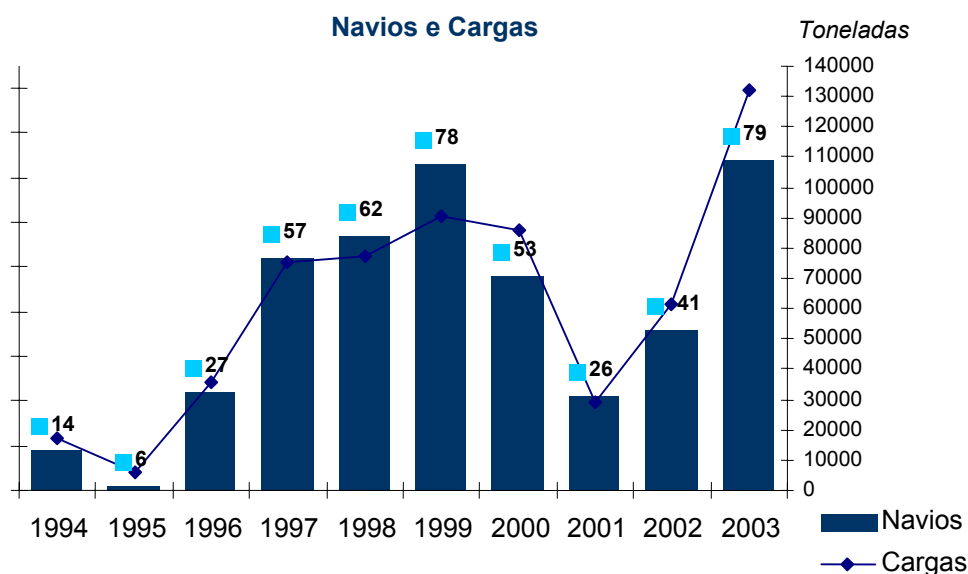
Continua a verificar-se a quase exclusividade do granito, oriundo das pedreiras de Alpendorada, Pedras Salgadas, Viseu e Aguiar da Beira, relativamente aos produtos exportados.

Em relação ao tráfego ascendente procedeu-se à importação de granitos raros do norte da Europa, que foram descarregados em Sardoura, para serem trabalhados e eventualmente reexportados.

Tipo e Quantidades das Mercadorias Transportadas
toneladas

Porto de Sardoura				Porto de Lamego		Porto de Várzea	
Exportação	Importação			Exportação	Importação	Exportação	Importação
Granito	Granito	Ytong	M.Eléctrico	Granito	Ytong	Granito	Granito
86.715	4.370	0	0	0	0	41.280	0

A evolução do número de navios e cargas transportadas nos portos de Lamego, Sardoura e Várzea é ilustrada no gráfico seguinte:



3. Navegação de Recreio

Registou-se o movimento de 383 embarcações de recreio nas eclusas de navegação, as quais realizaram um total de 1483 viagens, transportando 6838 turistas.

Relativamente a 2002, verificou-se uma pequena diminuição do número de embarcações que utilizaram as eclusas, o que se justificará pela conjuntura económica vivida em 2003.

	1999	2000	2001	2002	2003
Nº Embarcações	347	204	316	416	383
Nº Viagens	1385	1369	1212	1666	1483
Nº Turistas	5882	6299	5444	7564	6838

4. Navegação Desportiva

Foram realizadas cerca de 32 provas desportivas e foram efectuadas várias descidas do Douro, mobilizando estas actividades cerca de 710 embarcações e 2000 participantes. As especialidades desportivas com mais destaque foram a motonáutica (em especial o Jet-Ski), o remo, a canoagem e a vela.

5. Funcionamento das Eclusas de Navegação

O número de eclusagens efectuadas com embarcações, incluindo as eclusagens de preparação/manutenção foi de 8.322, abrangendo um total de 8.671 embarcações, 355.590 passageiros e 79.760 tripulantes.

Pocinho	Valeira	Régua	Carrapatelo	Crestuma	Preparação/ Manutenção	Total
549	650	1.129	1.347	1.968	2.679	8.322

6. Equipamentos e Infra-estruturas

Referem-se seguidamente alguns investimentos e intervenções de maior relevância, no âmbito do desenvolvimento e conservação das infra-estruturas e equipamentos destinados a assegurar a circulação na via navegável e a utilização das instalações portuárias fluviais:

- Alteração do sistema de balizagem do canal de navegação - Conclusão prevista para 2006, envolvendo a concepção, projecto e execução de um sistema de balizagem eficaz do canal de navegação, recorrendo a um sistema misto constituído por bóias ou estacas cravadas no leito do rio e alinhamentos em terra;
- Construção de pequenos cais fluviais e fluvinas - Conclusão prevista para 2006, tendo como objectivo dotar os cais fluviais e os locais mais utilizados pelos utentes da via de condições de segurança adequadas à acostagem de embarcações e ao embarque/desembarque de passageiros através da construção de pequenos cais de acostagem e da aquisição de estruturas flutuantes, bem como criar infra-estruturas de apoio às embarcações e aos utentes;
- Construção do cais fluvial/fluvina da foz do Távora - Conclusão prevista para 2004, o qual permite a acostagem de embarcações de turismo e de recreio. Envolve intervenções de melhoramento dos acessos ao cais e arranjos exteriores;
- Construção do cais fluvial de Caldas de Arêgos - Conclusão prevista para Fevereiro de 2005, incluindo a concepção, projecto e execução de um cais fluvial para acostagem de embarcações de turismo e criação de uma marina com capacidade para cerca de 80 embarcações de recreio;
- Construção do cais fluvial de Leverinho - Conclusão prevista para 2004, permitindo a acostagem de embarcações de turismo e de recreio. Serão realizadas intervenções de protecção, arranjos exteriores e montagem de um posto de acostagem flutuante para barcos rabelos;
- Construção do cais fluvial de Porto Rei - Conclusão prevista para Janeiro 2005, permitindo a acostagem de embarcações de recreio e de turismo. Pretende-se ainda potenciar o desenvolvimento das infra-estruturas já existentes na área do cais;
- Desenvolvimento do pólo turístico fluvial do Freixo - Conclusão prevista para Dezembro 2005, envolvendo a concepção, projecto e execução de um pólo turístico fluvial dedicado ao turismo, náutica de recreio e desporto fluvial, através da aquisição e instalação de grua, infra-estruturação urbanística e criação de uma marina com capacidade para cerca de 70 embarcações de recreio;
- Expansão e organização do cais de Sardoura - Conclusão prevista para 2004, abrangendo intervenções várias com o objectivo de ampliar o porto fluvial, nomeadamente a construção de terraplenos de apoio, muros de contenção e pavimentação;

- Obras de manutenção da via navegável - Visa assegurar, em condições de segurança, a navegabilidade ao longo do canal de navegação, através de acções de dragagem, quebramento de rocha, trabalhos de hidrografia e topografia, conservação e reparação de cais/plataformas flutuantes;
- Obras de melhoria das acessibilidades e das condições de segurança da Barra do Douro - Conclusão prevista para Dezembro 2006, envolvendo a construção de dois molhes de protecção no estuário da foz do Douro, com o objectivo de estabilizar as margens, melhorar as condições da navegabilidade e de segurança;
- Recuperação do edifício do porto fluvial de Lamego e Acessos - Conclusão prevista para Junho 2004, incluindo intervenções de pavimentação e beneficiação do acesso do porto de Lamego à E.N. 222 e do acesso nascente, e recuperação do edifício anexo ao porto fluvial de Lamego, com o objectivo de revitalizar a actividade portuária;
- Rede de comunicações de segurança em VHF - Conclusão prevista para Abril 2004, visando o estabelecimento de um sistema de comunicações de serviço móvel marítimo em VHF na via navegável do Douro, que permite o controlo do tráfego fluvial e da segurança da navegação, através da construção de estações, torres e aquisição de antenas. Concepção e instalação de um sistema de localização de embarcações, de vigilância vídeo das eclusas e dos cais principais.

ANEXO VII – Execução Orçamental
1. Orçamento de funcionamento
DESPESAS

(Milhares de Euros)

Descrição	ORÇAMENTO			EXECUÇÃO			Taxa de Execução	
	2002	2003	Var Anual %	2002	2003	Var Anual %	2002	2003
Despesas com pessoal	22 456.4	19 324.8	-13.9%	18 697.8	18 047.0	-3.5%	83.3%	93.4%
Aquisição de bens e serviços	9 557.5	8 555.1	-10.5%	7 118.0	6 802.3	-4.4%	74.5%	79.5%
Aquisição de bens de capital	1 610.3	2 052.5	27.5%	414.1	403.1	-2.7%	25.7%	19.6%
Outras	1 332.8	2 655.5	99.2%	753.1	1 318.4	75.1%	56.5%	49.6%
Total	34 957.0	32 587.9	-6.8%	26 983.0	26 570.8	-1.5%	77.2%	81.5%

RECEITAS

(Milhares de Euros)

Descrição	ORÇAMENTO			EXECUÇÃO			Taxa de Execução	
	2002	2003	Var Anual %	2002	2003	Var Anual %	2002	2003
Dotações do OE	5 715.7	2 634.0	-53.9%	5 629.8	2 634.0	-53.2%	98.5%	100.0%
Receitas próprias	27 262.9	29 935.2	9.8%	26 443.5	24 473.1	-7.5%	97.0%	81.8%
Outras	1 345.1	1 056.0	-21.5%	647.5	70.5	-89.1%	48.1%	6.7%
Total	34 323.7	33 625.2	-2.0%	32 720.8	27 177.6	-16.9%	95.3%	80.8%

GESTÃO DO PIDDAC - 2003
Execução do PIDDAC

Resumo por Programa e Projecto / Fundos Nacionais e Total de Fundos

(EURO)

Identificação do Programa e do Projecto			FUNDOS NACIONAIS			TOTAL DAS FONTES DE FINANCIAMENTO				
Programa			Orçamento Corrigido	Pagamentos	Taxa de Execução	Orçamento Corrigido	Pagamentos	Taxa de Execução		
Projecto (Cód - Designação)										
1	2	3	FN 4	FN 5	6=5/4	FN 7	FN 8	9=8/7		
1 - RECREIO										
101	Pequenos Portos Intervenções de Beneficiação		300 305.00	135 956.90	45.3%	1 750 305.00	135 956.90	7.8%		
102	Porto de Faro		75 459.00	0.00	0.0%	150 459.00	0.00	0.0%		
103	Porto de Olhão		1 964 820.00	1 550 000.00	78.9%	2 471 479.00	1 982 094.34	80.2%		
104	Porto de Portimão		1 859 858.00	1 529 797.95	82.3%	3 462 247.00	1 873 782.35	54.1%		
Total Programa RECREIO			4 200 442.00	3 215 754.85	76.6%	7 834 490.00	3 991 833.59	51.0%		
2 - PESCAS										
201	Intervenções de Beneficiação nos Porto do Sul		489 092.00	132 499.32	27.1%	1 539 092.00	132 499.32	8.6%		
202	Melhoria das Condições Ambientais em Áreas Portuárias		100 000.00	8 568.00	8.6%	475 000.00	8 568.00	1.8%		
203	Pequenos Portos Intervenções de Beneficiação - V. Praia de Âncora		1 145 433.00	1 140 142.85	99.5%	7 524 869.00	5 376 081.46	71.4%		
204	Pequenos Portos Quarteira		299 033.00	21 957.09	7.3%	563 248.00	21 957.09	3.9%		
205	Porto Ericeira		104 256.00	0.00	0.0%	184 812.00	0.00	0.0%		
206	Porto da Figueira da Foz		733 084.00	397 494.17	54.2%	3 504 473.00	463 503.17	13.2%		
207	Porto da Nazaré		503 836.00	413 358.31	82.0%	1 635 012.00	1 420 648.34	86.9%		
208	Porto de Albufeira		65 000.00	50 000.00	76.9%	637 309.00	423 979.34	66.5%		
209	Porto de Peniche		1 118 069.00	1 111 847.49	99.4%	2 168 978.00	1 111 847.49	51.3%		
210	Porto de Portimão		201 942.00	0.00	0.0%	1 462 942.00	0.00	0.0%		
211	Porto de Tavira		162 432.00	84 735.69	52.2%	702 432.00	84 735.69	12.1%		
212	Porto de Vila Real Stº António		114 964.00	53 193.00	46.3%	514 964.00	53 193.00	10.3%		
Total do Programa «PESCAS»			5 037 141.00	3 413 795.92	67.8%	20 913 131.00	9 097 012.90	43.5%		
3 - PESCAS NORTE			Total PESCAS			5 230 835.00	3 607 286.72	21 200 447.00	9 290 503.70	7195844.18
301	Intervenções de Beneficiação nos Porto do Norte		193 694.00	193 490.80	99.9%	287 316.00	193 490.80	67.3%		
Total Programa PESCAS NORTE			193 694.00	193 490.80	99.9%	287 316.00	193 490.80	67.3%		
4 - TRANSPORTES										
401	Desenvolvimento e Ordenamento Portuário		1 469 987.00	892 302.49	60.7%	1 595 197.00	892 302.49	55.9%		
402	Intervenções de Beneficiação nos Porto do Sul		649 007.00	27 926.92	4.3%	2 226 507.00	27 926.92	1.3%		
403	Navegabilidade Rio Arade		121 585.00	0.00	0.0%	391 585.00	0.00	0.0%		
404	Porto da Figueira da Foz		1 979 174.00	1 103 615.76	55.8%	3 322 183.00	1 214 941.51	36.6%		
405	Porto de Viana do Castelo		487 840.00	326 648.00	67.0%	1 537 764.00	326 648.00	21.2%		
406	Qualidade e segurança, Higiene e Controle Ambiental		131 673.00	105 077.00	79.8%	263 346.00	105 077.00	39.9%		
407	Recondicionamento da Barra de Faro/Olhão		186 419.00	0.00	0.0%	220 169.00	0.00	0.0%		
408	Sinalização, Balizagem e Dragagens de Canais e Portos		304 037.00	149 270.95	49.1%	374 037.00	158 493.45	42.4%		
409	Sistemas de Informação e Comunicações - VTS		258 318.00	107 049.76	41.4%	258 318.00	107 049.76	41.4%		
410	Terminais de Sistemas de Informações e Informática dos Portos		155 527.00	110 003.41	70.7%	355 527.00	110 003.41	30.9%		
Total do Programa «TRANSPORTES»			5 743 567.00	2 821 894.29	49.1%	10 544 633.00	2 942 442.54	27.9%		
5 - INSTALAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS										
501	Construção e Remodelação de Edifícios		1 165 805.00	811 205.08	69.6%	1 205 805.00	811 205.08	67.3%		
502	Instalação e Organização dos Serviços do IPTM		486 380.00	458 585.61	94.3%	688 126.00	496 515.61	72.2%		
Total do Programa «INSTALAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS»			1 652 185.00	1 269 790.69	76.9%	1 893 931.00	1 307 720.69	69.0%		
6 - APOIOS À MARINHA DE COMÉRCIO NACIONAL (MCN)										
601	Formação de Quadros de Terra (Bolsas)		200 000.00	133 006.95	66.5%	200 000.00	133 006.95	66.5%		
602	Investimento Estruturante na MCN		3 250 163.00	3 250 163.00	100.0%	3 450 163.00	3 439 041.68	99.7%		
603	Modernização da Frota da MCN		250 000.00	250 000.00	100.0%	250 000.00	250 000.00	100.0%		
604	Subs ao Embarque de Praticantes da MCN		450 000.00	344 757.54	76.6%	450 000.00	344 757.54	76.6%		
Total do Programa «APOIOS À MARINHA DE COMÉRCIO NACIONAL (MCN)»			4 150 163.00	3 977 927.49	95.8%	4 350 163.00	4 166 806.17	95.8%		

GESTÃO DO PIDDAC - 2003
Execução do PIDDAC

(Continuação)

Resumo por Programa e Projecto / Fundos Nacionais e Total de Fundos

(EURO)

Identificação do Programa e do Projecto			FUNDOS NACIONAIS			TOTAL DAS FONTES DE FINANCIAMENTO		
Programa			Orçamento Corrigido	Pagamentos	Taxa de Execução	Orçamento Corrigido	Pagamentos	Taxa de Execução
Projecto (Cód - Designação)								
1	2	3	FN	FN	6=5/4	77	77	9=8/7
4	5	6=5/4	7	8	9=8/7			
7 - INVESTIMENTOS NO DOURO								
701	Alteração do Sistema de Balizagem do Canal de Navegação		53 000.00	52 082.50	98.3%	273 000.00	71 162.00	26.1%
702	Aprofundamento do Canal (Foz dos Rios Tua e Sabor) e Construção do cais do Tua		0.00	0.00	0.0%	137 500.00	0.00	0.0%
703	Construção de Pequenos Cais Fluviais e Fluvinas		732 000.00	659 102.77	90.0%	1 089 414.00	659 102.70	60.5%
704	Construção do Cais Fluvial de Caldas de Aregos		492.00	0.00	0.0%	573 500.00	16 630.25	2.9%
705	Construção do Cais Fluvial de Leverinho		180 000.00	138 322.55	76.8%	326 000.00	315 913.27	96.9%
706	Construção do Cais Fluvial de Porto Rei		290 000.00	289 544.20	99.8%	741 000.00	740 015.83	99.9%
707	Construção do Cais Fluvial/Fluvina da Foz do Távora		121 704.00	105 694.20	86.8%	178 406.00	105 694.20	59.2%
708	Construção do Edifício da Delegação do Douro		277 000.00	276 633.17	99.9%	277 000.00	276 633.17	99.9%
709	Desenvolvimento do Polo Turístico Fluvial do Freixo		225 000.00	225 000.00	100.0%	500 000.00	357 729.01	71.5%
710	Expansão e Organização do Cais (Porto Fluvial) de Sardoura		149 000.00	148 988.00	100.0%	405 320.00	200 188.96	49.4%
711	Instalação de Postos de Combustíveis		1 000.00	0.00	0.0%	1 000.00	0.00	0.0%
712	Obras de Manutenção da Via Navegável		961 000.00	958 348.64	99.7%	2 338 000.00	1 507 483.31	64.5%
713	Obras melhoria das Acessibilidades e das Condições de Segurança da Barra		104 701.00	104 586.95	99.9%	5 001 201.00	104 586.95	2.1%
714	Recuperação do Edifício do Porto de Lamego e Acessos		148 000.00	144 710.85	97.8%	698 000.00	322 308.61	46.2%
715	Rede de Comunicações de Segurança em VHF		388 353.00	365 711.64	94.2%	800 917.00	554 272.15	69.2%
Total do Programa «INVESTIMENTOS NO DOURO»			3 631 250.00	3 468 725.47	95.5%	13 340 258.00	5 231 720.41	39.2%
TOTAL GERAL			24 608 442.00	18 361 379.51	74.6%	59 163 922.00	26 931 027.10	45.5%



ANEXO VIII – Demonstrações Financeiras

BALANÇO
EXERCÍCIO DE 2003

(em euros)

CONTAS	ACTIVO				CONTAS	FUNDO PATRIMONIAL E PASSIVO		
	Exercícios					Exercícios		
	ACTIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES	ACTIVO LÍQUIDO	N-1 ACTIVO LÍQUIDO		N	N-1	
	IMOBILIZADO							
	<i>Bens de domínio público:</i>							
451	Terrenos e recursos naturais	€ 2 165 526.08	€ 0.00	€ 2 165 526.08				
453	Outras construções e infra-estruturas	€ 93 354 542.58	€ 3 620 000.52	€ 89 734 542.06				
445	Imobilizações em curso	€ 39 646 144.27	€ 0.00	€ 39 646 144.27	51	Património	€ 26 373 124.27	€ 0.00
		€ 135 166 212.93	€ 3 620 000.52	€ 131 546 212.41				
	<i>Imobilizações incorpóreas:</i>							
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	€ 1 943 467.38	€ 459 984.06	€ 1 483 483.32				
443	Imobilizações em curso	€ 109 773.98	€ 0.00	€ 109 773.98				
		€ 2 053 241.36	€ 459 984.06	€ 1 593 257.30				
	<i>Imobilizações corpóreas:</i>							
421	Terrenos e recursos naturais	€ 1 031 876.43	€ 0.00	€ 1 031 876.43	59	<i>Resultados:</i>		
422	Edifícios e outras construções	€ 16 787 405.20	€ 3 552 637.54	€ 13 234 767.66	88	Resultados transitados	€ 1 562 250.00	€ 0.00
423	Equipamento básico	€ 7 238 209.17	€ 2 242 896.73	€ 4 995 312.44		Resultado líquido do exercício	€ -1 433 404.42	€ 0.00
424	Equipamento de transporte	€ 1 144 124.97	€ 1 089 968.03	€ 54 156.94		TOTAL DO FUNDO PATRIMONIAL	€ 26 501 969.85	€ 0.00
425	Ferramentas e utensílios	€ 413 141.43	€ 343 481.40	€ 69 660.03				
426	Equipamento administrativo	€ 4 282 410.47	€ 2 831 170.24	€ 1 451 240.23				
429	Outras imobilizações corpóreas	€ 571 604.45	€ 395 546.28	€ 176 058.17				
442	Imobilizações em curso	€ 414 300.06	€ 0.00	€ 414 300.06				
		€ 31 883 072.18	€ 10 455 700.22	€ 21 427 371.96				
	<i>Investimentos financeiros:</i>							
414	Investimentos em imóveis	€ 696 826.47	€ 33 668.88	€ 663 157.59	2921	Provisões para riscos e encargos:		
		€ 696 826.47	€ 33 668.88	€ 663 157.59	2922	Pensões	€ 1 020 185.00	
					2923	Fundo Social	€ 286 628.94	€ 0.00
						Processos judiciais	€ 23 675.07	€ 0.00
							€ 1 330 489.01	€ 0.00
	CIRCULANTE							
	<i>Existências:</i>							
32	Mercadorias	€ 7 115.16	€ 0.00	€ 7 115.16				
36	Matérias-primas subsidiárias e de consumo	€ 115 676.76	€ 0.00	€ 115 676.76				
		€ 122 791.92	€ 0.00	€ 122 791.92				
	<i>Dívidas de terceiros - curto prazo:</i>							
211	Clientes c/c	€ 7 498 640.72	€ 3 087 928.19	€ 4 410 712.53	221	<i>Dívidas a terceiros - curto prazo:</i>		
213	Utentes c/c	€ 1 682 108.78	€ 184 576.47	€ 1 497 532.31	215	Fornecedores, c/c	€ 617 324.87	€ 0.00
218	Clientes de cobrança duvidosa	€ 1 362 346.29	€ 1 362 346.29	€ 0.00	261	Utentes c/c contas a regularizar	€ 10 458.43	€ 0.00
262/8	Outros devedores	€ 625 044.59	€ 146 331.99	€ 478 712.60	24	Fornecedores de imobilizado	€ 9 904 825.62	€ 0.00
		€ 11 168 140.38	€ 4 781 182.94	€ 6 386 957.44	266/7/8	Estado e outros entes públicos	€ 44 604.12	€ 0.00
						Outros credores	€ 2 001 576.86	€ 0.00
							€ 12 578 789.90	€ 0.00
14	<i>Depósitos bancários e caixa</i>							
12	Outros depósitos bancários	€ 10 118.78	€ 0.00	€ 10 118.78				
11	Depósitos bancários	€ 15 121 139.56	€ 0.00	€ 15 121 139.56				
	Caixa	€ 26 256.27	€ 0.00	€ 26 256.27				
		€ 15 157 514.61	€ 0.00	€ 15 157 514.61				
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS							
271	Acréscimos de proveitos	€ 260 465.83	€ 0.00	€ 260 465.83	273	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
272	Custos diferidos	€ 114 790.51	€ 0.00	€ 114 790.51	274	Acréscimos de custos	€ 1 943 788.82	€ 0.00
		€ 375 256.34	€ 0.00	€ 375 256.34		Proveitos diferidos	€ 134 917 481.99	€ 0.00
							€ 136 861 270.81	€ 0.00
	<i>Total de Amortizações</i>		€ 14 569 353.68			TOTAL DO PASSIVO	€ 150 770 549.72	€ 0.00
	<i>Total Provisões</i>		€ 4 781 182.94					
	TOTAL DO ACTIVO	€ 196 623 056.19	€ 19 350 536.62	€ 177 272 519.57		FUNDO PATRIMONIAL E PASSIVO	€ 177 272 519.57	€ 0.00

 N = Valores do presente exercício
 N-1 = Valores do exercício anterior (indisponível)

O Conselho de Administração

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
EXERCÍCIO DE 2003**

CONTAS	DESCRIÇÃO	Exercícios			
		N		%	N-1
	Custos e perdas				
61	- Custo existências vendidas e consumidas		€ 114 708.00	0.3%	
62	- Fornecimento e serviços externos		€ 6 139 226.18	18.2%	€ .00
	- Custos com pessoal:				
641+642	Remunerações	€ 13 806 930.87			€ .00
643/648	Encargos sociais				
	Pensões	€ 230 702.18			€ .00
	Outros	€ 1 777 632.89	€ 15 815 265.94	46.9%	€ .00
63	- Transferências correntes concedidas e prestações sociais	€ 578 065.07			€ .00
66	- Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	€ 4 710 631.07			€ .00
67	- Provisões do exercício	€ 1 157 134.52			
65	- Outros custos operacionais	€ 486 511.97	€ 6 932 342.63	20.6%	€ .00
	(A)		€ 29 001 542.75	86.0%	€ .00
68	- Custos e perdas financeiras		€ 16 333.53	0.0%	€ .00
	(C)		€ 29 017 876.28	86.1%	€ .00
69	- Custos e perdas extraordinárias		€ 4 702 851.63	13.9%	€ .00
	(E)		€ 33 720 727.91	100.0%	€ .00
88	- Resultado líquido do exercício		€ -1 433 404.42	-4.3%	€ .00
	Total		€ 32 287 323.49	95.7%	€ .00
	Proveitos e ganhos				
71	- Vendas e prestação de serviços	€ 9 726 459.32			€ .00
72	- Impostos e taxas	€ 9 652 447.63			€ .00
73	- Proveitos suplementares	€ 1 489 914.46			€ .00
74	- Transferências e subsídios correntes obtidos	€ 3 499 148.11			
	Transferências - Tesouro	€ .00			€ .00
	Transferências - Outros	€ .00			€ .00
76	- Outros proveitos e ganhos operacionais	€ 246 916.96	€ 24 614 886.48	73.0%	€ .00
	(B)		€ 24 614 886.48	73.0%	€ .00
78	- Proveitos e ganhos financeiros		€ 310 362.19	0.9%	€ .00
	(D)		€ 24 925 248.67	73.9%	€ .00
79	- Proveitos e ganhos extraordinários		€ 7 362 074.82	21.8%	€ .00
	(F)		€ 32 287 323.49	95.7%	€ .00
	RESUMO:				
	RESULTADOS OPERACIONAIS: (B) - (A) =		€ -4 386 656.27	-13.0%	€ .00
	RESULTADOS FINANCEIROS: (D - B) - (C - A) =		€ 294 028.66	0.9%	€ .00
	RESULTADOS CORRENTES: (D) - (C) =		€ -4 092 627.61	-12.1%	€ .00
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO: (F) - (E) =		€ -1 433 404.42	-4.3%	€ .00

N = Valores do presente exercício

N-1 = Valores do exercício anterior (indisponível)

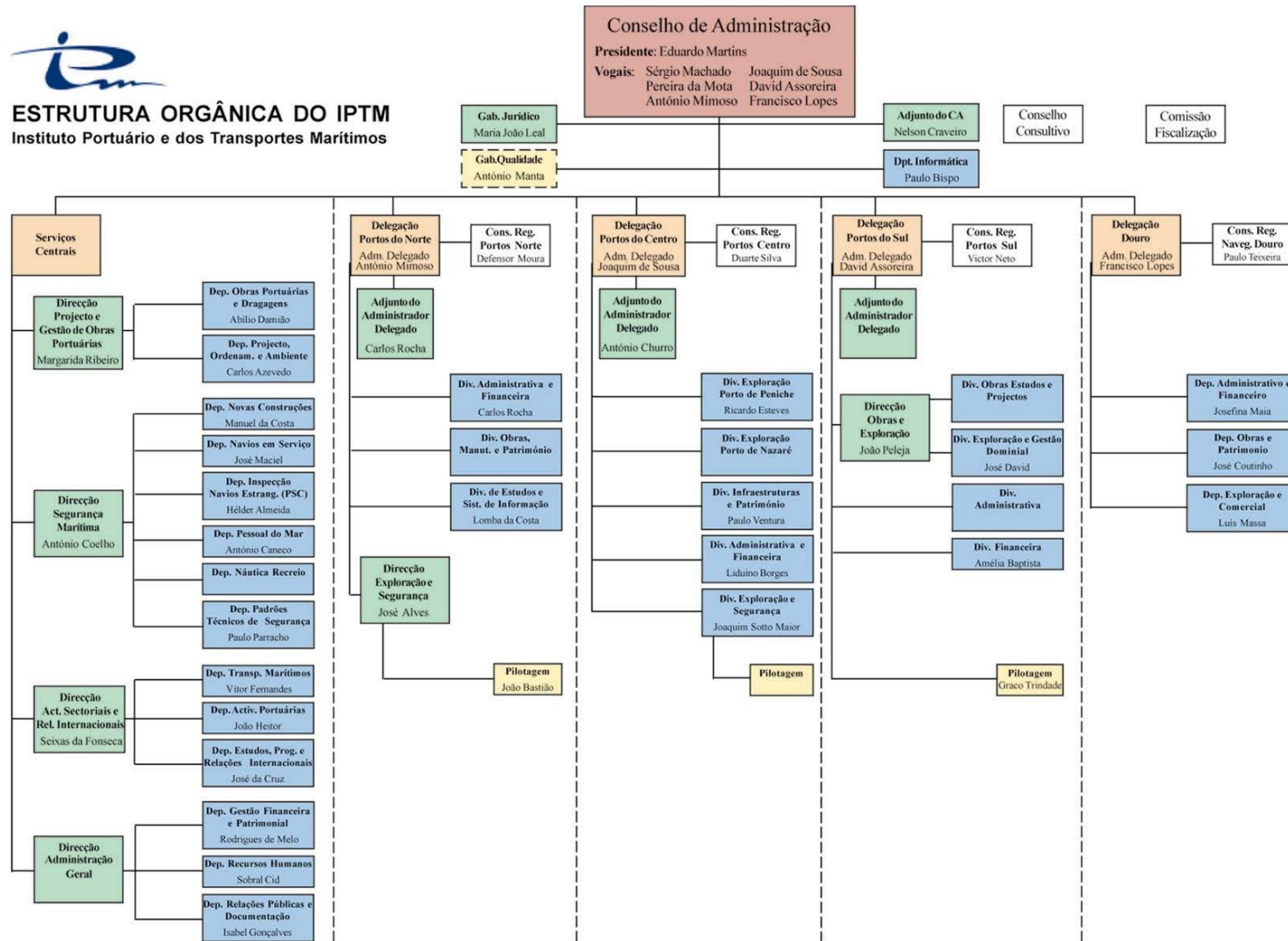
O Conselho de Administração



ANEXO IX – Organograma



ESTRUTURA ORGÂNICA DO IPTM
Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos



ANEXO X - Órgãos Sociais

1. Conselho de Administração

Presidente: Dr. Eduardo da Silva Martins

Vogais:

- Dr. Sérgio Rua Machado
- Engº João do Nascimento Pereira da Mota
- Engº António Mimoso Rodrigues Lopes (Administrador-delegado para a gestão dos portos do Norte)
- Dr. Joaquim Manuel Barros de Sousa (Administrador-delegado para a gestão dos portos do Centro)
- Engº David de Oliveira Assoreira (Administrador-delegado para a gestão dos portos do Sul)
- Engº Francisco Manuel Lopes (Administrador-delegado para a gestão da navegabilidade do Douro)

2. Conselho de Consultivo

A constituição efectiva do Conselho Consultivo apenas teve lugar no primeiro trimestre de 2004.

3. Comissão de Fiscalização

Aguarda-se a nomeação dos seus membros por S.Ex^{as} a Ministra de Estado e das Finanças e o Ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação.